

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUCIMARI DE OLIVEIRA SIQUEIRA

**MULHERES NEGRAS E BOLSA FAMÍLIA
NA REGIÃO DE SÃO JOSÉ-SC (2005-2013)**

Florianópolis

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Sala 10 do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Cristina ScheibWolff**, Orientadora e Presidente, Professora **Gleidiane Ferreira**, Titular da Banca e Professora **Valderiza Menezes**, Suplente, designados pela Portaria nº66 /TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Lucimari de O. Siqueira**, subordinado ao título: “**Mulheres Negras e Bolsa Família na região de São José-SC**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Cristina ScheibWolff**, a nota final **10**, da Professora **Gleidiane Ferreira**, a nota final **10**, e da Professora **Valderiza Menezes**, a nota final **10**; sendo aprovada com a nota final **10**. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia dezesseis de julho de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 9 de julho de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. **Cristina ScheibWolff**

Cristina ScheibWolff

Prof. **Gleidiane Ferreira**

Gleidiane de Sousa Ferreira

Prof. **Valderiza Menezes**

Valderiza A. Menezes

Candidata **Lucimari de O. Siqueira**

Lucimari de O. Siqueira



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que c
acadêmico(a) Lucimari de O. Siqueira, matrícula
n.º 08265031, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
" Mulheres negras e bolsa família na região de São
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 16 de julho de 2015

Cristina Scherckhoff

Orientador(a)

LUCIMARI DE OLIVEIRA SIQUEIRA

**MULHERES NEGRAS E BOLSA FAMÍLIA
NA REGIÃO DE SÃO JOSÉ-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título em bacharel e licenciatura em história pela Universidade Federal de Santa Catarina sob Orientação da Profa. Dra. Cristina Scheibe Wollf.

Florianópolis

2015

Dedico este trabalho a todas às mulheres negras brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha mãe, que sempre acreditou que eu poderia ir além do que ela pode me oferecer, sempre torcendo para que eu e meus irmãos realizássemos nossos sonhos. Agradeço também a minha irmã Sandra sem ela eu não conseguiria chegar até onde cheguei concluindo o curso de história foi ela que com muito custo me possibilitou terminar o ensino médio e deu-me morada. Agradeço também ao meu esposo Neudir que sempre me apoiou e incentivou quando queria desistir, que me confortou e me animou nos momentos difíceis, a minha amada filha Isabella que teve paciência de esperar eu terminar de escrever meus capítulos do Trabalho de Conclusão de Curso para que eu pudesse brincar com ela.

Tenho que agradecer a minhas amigas Marilene Felix, Tamy Amorim e o Eduardo Costa que inúmeras vezes me ajudaram com os trabalhos das disciplinas e compreendiam minhas dificuldades por ter uma filha pequena. À Josyeli Koerich, Gustavo, a Leticia Godim por me ajudar com o TCC e a todas e todos que foram legais comigo durante o curso, e aos que juntos demos muitas gargalhadas e compartilhamos histórias. Não posso esquecer também das entrevistadas, que cederam um pouco do seu tempo para falarem de suas vidas, sem elas eu não conseguiria dar continuidade a meu trabalho.

Agradeço por ter conhecido professores que contribuíram para enriquecer meu conhecimento. Principalmente minha orientadora a professora Cristina Scheibe Wolff, através dela tive a oportunidade de conhecer o Laboratório de Estudo de Gênero e História (LEGH), onde pude adquirir conhecimentos importantes para produzir meu trabalho de conclusão de curso, principalmente sobre a história das mulheres. E agradecer por sua calma, e por aceitar orientar meu tema e também por me tranquilizar nos momentos de desespero.

Agradeço à vida!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar nas trajetórias de vidas de mulheres negras beneficiárias do Programa Bolsa família que residem em São José/SC, para saber as condições que levaram e a que se mantivessem no ciclo intergeracional da pobreza, e porque não conseguiram visibilidade social ficando pertencentes à pobreza ou a extrema-pobreza e obrigando-as a recorrerem a políticas públicas para suprir as necessidades básicas da família. Como fonte principal utilizo entrevistas realizadas com as beneficiárias negras com objetivo de coletar informações necessárias para compor esse trabalho. Além disso, utilizo a bibliografia sobre o tema e dados estatísticos. Ao analisarmos os relatos fica claro que são pessoas carentes que passam por dificuldades financeiras e o Programa ajuda no orçamento da família e alivia as necessidades básicas. Para fundamentar as entrevistas utilizo a metodologia da história oral, teorias feministas e estudos de políticas públicas no Brasil. Partindo do pressuposto que no século XXI as mulheres no Brasil são a maioria entre os pobres e as negras são as mais afetadas, o estudo mostra a necessidade de incluir mulheres em políticas públicas sociais, com foco nas mulheres negras.

Palavras chaves: Mulheres negras, Bolsa Família, gênero.

ABSTRACT

The current assignment has the goal research on the trajectories of life of the beneficiaries black women from Bolsa Família located at São José/SC, to understand the conditions that took them to continue the intergenerational cycle of poverty, because they didn't got social visibility standing inside poverty or the extreme-poverty obliging them to recur to public politics to fulfill the basic need of the Family.

As main resource, I've made interviews with the black woman beneficiaries to collect the needed informations to compose this work. As I analyzed the relate it's clear that those are really lacking people whom stand for monetary difficulties, so the program helps the family budget and reliefs their basic needs. To establish the resource, I use the methodology of oral history, feminist theories and public politics studies in Brazil. Beginning from the knowledge that in the XXI century, Brazilian women are mostly located in poverty, and that black women are the most affected. The study shows the need of including women in social public politics, focusing on black women.

Key-words: Black women; Bolsa Família; Gender.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADBES- Cadastro do Bolsa-Escola
CADÚNICO- Cadastro Único
CAPS- Centro de Atenção Psicossocial
CAPSAD- Centro de Atenção Psicossocial para Alcoolatras e Drogados
CEIs- Centros de Educação Infantil
FNB- Frente Negra Brasileira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC- Ministério de Educação e Cultura
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
NIS - Número de Identificação Social
ONG - Organização Não-Governamental
ONU- Organizações das Nações Unidas
PBF - Programa Bolsa Família
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB- Produto Interno Bruto
PMSJ - Prefeitura Municipal de São José
PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNUD – Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento
PTRC – Programa de Transferência de Renda
SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
UBS- Unidade Básica de Saúde

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Loteamento Morar Bem. Localizado em São José

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Média da renda da ocupação principal por sexo, segundo cor/raça no Brasil

TABELA 2: Taxa de analfabetismo em São José

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO1. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA- SUA EMERGÊNCIA E PECULIARIEDADE	20
1.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA	28
1.2 MOVIMENTO FEMINISTA E A INCLUSÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	34
1.3 MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS POR MULHERES	42
1.4 FEMINISMO NEGRO	43
CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	47
2.1 INCIDÊNCIA DE POBREZA NO MUNICÍPIO	50
2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO JOSÉ.....	53
2.3 MULHERES EM NÚMEROS	59
CAPÍTULO 3 - MULHERES NEGRAS PRECONCEITOS E O BOLSA FAMÍLIA	62
3.1 PERSPECTIVAS DAS MULHERES QUE RECEBEM O BOLSA FAMÍLIA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	80
FONTES	83
ANEXO B- Roteiro e Termo de Adoção das Entrevistas	84
ANEXO- B termo de adesão Cadúnico e Bolsa Família.....	86

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar nas trajetórias de vidas de mulheres negras¹ beneficiárias do Programa Bolsa família (PBF) no município de São José no ano de (2005-2013). As condições que levaram para que se mantivessem no ciclo intergeracional da pobreza. E porque não conseguiram ao longo de suas vidas visibilidade social ficando pertencentes à pobreza ou a extrema-pobreza obrigando-as a recorrerem a políticas públicas para suprir as necessidades básicas da família. Nesse sentido, pretendo verificar as mudanças ocorridas na renda, no bem-estar dos membros das famílias e, principalmente, saber o que mudou para essas mulheres, após o recebimento do benefício.

A escolha do tema desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se deu quando fazia a disciplina de Brasil Republicano II na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde me interessei pelo Programa Bolsa Família. Comecei a pesquisar sobre este Programa de Transferência de Renda Condicionada e observei que a maioria do/as beneficiárias/os do programa é constituída por mulheres, predominando as pardas e uma pequena parcela de mulheres negras, sendo assim, grande parte das beneficiárias são afro-brasileiras. Reporto a Walquiria Rego e Pinzani que afirmam “[...] nossa pobreza, de modo geral tem cor: é mulata, negra; isso remete imediatamente à experiência da escravidão [...]” (REGO, PINZANI, 2013, p.13).

Ainda que obtive avanços do movimento negro e do feminismo negro na luta pela igualdade, as negras permanecem em desvantagem social, mesmo em conjunto com outras mulheres pobres. Muitas têm que prevalecer e lutar numa sociedade preconceituosa e machista, e por isso, são poucas as que conseguem ascensão social. A partir disso esse trabalho se justifica na busca de compreender a marginalização e as buscas por melhorias e ascensão social de mulheres negras onde o Bolsa Família cumpre lugar como um programa de apoio e auxílio, quando o pouco que é depositado mensalmente é de fato importante para o núcleo familiar.

Devido o interesse em perceber a realidade vivida por mulheres negras residente na localidade onde eu resido, São José. A pesquisa será de natureza descritiva e qualitativa, utilizando técnica de coleta de dados um roteiro (anexo) que servirá de guia para o conduzir a

¹ Serão denominadas negras neste trabalho as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

entrevista e junto está modelo do termo de doação do uso das entrevistas (anexo) para esse trabalho. Por isso, com esse propósito procurei entrevistar mulheres que fossem beneficiárias e ouvir delas o que pensam sobre o programa e assim saber, a partir dos relatos delas a percepção da realidade que é vivida por essas mulheres. Procurei mulheres que podiam narrar às possibilidades, e que estariam dispostas a falarem sobre o assunto. Além disso, utilizo informações que estão disponíveis sobre o PBF do município no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que ajudará a identificar o perfil das beneficiárias.

Ao longo da pesquisa de campo, para a realização das entrevistas, busquei a partir dos conhecidos, agente de saúde do bairro, entre outras pessoas contatos para a realização das entrevistas. Além disso, caminhei pelas localidades do bairro Catarina e fui até a favela Vila Rica em busca de alguém disponível. Mas surgiram dificuldades: quando encontrava e abordava as pessoas e falava do meu trabalho e o porquê das entrevistas, todas tinham a mesma reação, não estavam dispostas a falarem sobre o PBF. Isso pode ter acontecido por medo, receio, ou por não se sentirem a vontade de falar. Não tenho uma certeza sobre o motivo.

Depois de muito procurar encontrei três mulheres com idade distintas que se propuseram a falar de suas vidas e do significado do PBF para elas. As entrevistas foram breves, pois as entrevistadas tinham vergonha de falar de suas vidas e de suas situações de vidas. A resposta a essa situação pode estar relacionada à pesquisa com a história oral, que segundo Alessandro Portelli (1997), no momento da entrevista somos nós as pessoas investidas de autoridade, e na maioria dos casos esse prestígio da profissão pode atrapalhar na qualidade do trabalho. Deixando a pessoa inibida para se expressar, por outro lado, elas poderiam estar evitando contar algo, pois quase todos os indivíduos são sutis para saberem “quando alguém está tentando seduzi-las ou usá-las” (PORTELLI, 1997, p.21).

Foi a primeira vez que elas narraram sobre suas vidas para alguém e contaram do seu ponto de vista o que pensam do Programa, não houve antes quem as procurassem para ouvir suas versões sobre o assunto. Diante da falta de diálogo sobre o assunto, utilizei o roteiro de perguntas e elas iam respondendo, de imediato aceitaram a proposta. As entrevistas foram realizadas em datas diferentes e sempre aos domingos, porque este era o dia em que as três estariam disponíveis, as entrevistas de Mariá e de Cristina ocorreram em suas casas muito simples e humilde. A entrevista de Laura ocorreu na calçada em frente a um estabelecimento comercial, já que ela ficou com vergonha que eu entrasse em sua casa, por não ter as mobílias necessárias: cama, mesa e geladeira. Através de suas falas pude perceber a condição de vida

de cada uma e suas especificidades e a vulnerabilidade² que estão inseridas, que será visto a partir da reflexão do que elas disseram no decorrer desse trabalho.

Na historiografia do século XX na Europa, em meado das décadas de 1970 -1980, com o advento da crise dos paradigmas estruturais que tendiam explicar a nova história, emerge a história cultural, mudando o olhar do historiador com a documentação e a própria noção de fonte. Esta nova análise documental possibilita transformar depoimentos orais em objeto de pesquisa, valorizando a história oral. Uma vez que depende da história do “imediato”, da “memória viva” como objeto de estudo.

A metodologia da história oral é uma das ferramentas utilizadas nesta pesquisa que ajudou na investigação dos depoimentos coletados foi esse método que nos permitiu conhecer as trajetórias de vidas das entrevistadas que acabou servindo como fonte de pesquisa. As entrevistas são de grande valia para o conhecimento de trajetórias de vidas que carregadas de memórias, possibilitam segundo Le Goff (2010), “[...] conserva certas informações com as quais o homem pode atualizar impressões ou informações do passado” (2010, p.81) e através das informações que obtive com as entrevistas, procurarei analisar o Programa sob a ótica das entrevistadas, porque cada uma irá expressar o significado do Programa Bolsa Família que é peculiar e pessoal. Para tanto compartilharei da ideia de Portelli sobre memória e história oral

[...] não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos se lembram [...] Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”) [...] (PORTELLI, 2006, p127).

Com essa perspectiva, é possível entender ou interpretar um evento que seja de interesse coletivo por meio de relatos individuais. Compreender os sentidos e valores das ações do indivíduo para perceber a vida em sociedade, esse fenômeno é descrito como prosopografia no sentido de “delinear o perfil de um determinado público (LORIGA, 2011, p.47)”. Quando essas mulheres falam de suas vidas e recordam suas vivências tenho em mente que não se recordaram dos acontecimentos em uma linearidade, tanto podem associar ao contexto vivido no momento ou simplesmente selecionam o que queriam falar. Para Bourdieu (2006), as narrativas são construídas a partir do imediato, ainda que se pretenda

² Vulnerabilidade social está sendo analisado neste trabalho no sentido de exclusão social aliado a pobreza, discriminação racial, sexista e de gênero.

contar uma história linear. "As histórias de vidas nem sempre possuem uma sucessão cronológica, geralmente são organizados segundo seja mais fácil compreensão ou tenha lógica" (2006, p.184).

Escrever sobre mulheres, precisamente sobre suas experiências de vidas é preciso reportar a história oral. Para Salvatici (2005), a história oral e a história das mulheres possuem uma relação estreita, ambas foram produzidas pelos movimentos políticos, pois surgiu a necessidade de fazer história com outros sujeitos, as "minorias sociais". Com a chegada da nova história Cultural as feministas propuseram "demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado" (2005, p.29). A história tradicional foi por muitos anos escrita pelo ponto de vista masculino e sua forma de pensar o "outro". Nessas narrativas as mulheres tinham papel secundário e suas falas eram silenciadas pelos discursos dos homens. Conforme descrito por Perrot:

O que ocorre é ao mesmo tempo em que são excessivamente descritas, representadas e imaginadas, são também silenciadas. Silêncio, não no sentido da ausência de fontes sobre as mulheres, mas na representação dos relatos que se fazem delas; silêncio no sentido da falta de discursos autênticos [...] (PERROT, 2007, p.190).

Desse modo, a história oral colabora fortemente com essa proposta de pensar os excluídos. Portanto foi possível fazer histórias de mulheres usando suas próprias narrativas de vidas e conseqüentemente tratar questões do cotidiano; filhos/as, casamento, convívios familiares sob o ponto de vista feminino, entre outros elementos. Assuntos privados que resultam depois em reivindicação do movimento feminista em 1970.

Ainda conforme Salvatici (2005) foi pelo testemunho oral que emergiu fatos que por muito tempo foram silenciados e foi o método oral que permitiu que alguns "indivíduos excluídos no passado ganhassem voz e fossem reconhecidos como parte da história" (SALVATICI, 2005, p.41). Citando novamente Perrot (2007), as mulheres deixaram poucos vestígios materiais que pudessem ser considerados fontes históricas, o que dificulta fazer uma reflexão mais crítica de suas vidas. Conforme Tauna O. Gomes Silva (2014, p. 1) "no caso das mulheres negras, foram muitas vezes pessoas anônimas, simples e sem nenhum status político ou econômico, é difícil encontrar fontes históricas", elas são estigmatizadas por serem inferiores e subalternas, por isso não vejo outro modo de incluí-las na história que não seja pela coleta do relato oral.

Documentar a experiência de vidas dessas mulheres é uma maneira de legitimar sua participação na construção social do país, torna-las visíveis e mostrar como “esses sujeitos veem e agem no mundo”. (SCOTT, 1991 p.4). Para isso é preciso ouvir o que dizem esses sujeitos e por meio de suas narrativas permeadas de subjetividades, construir uma história com outros olhares e visão de mundo. Alguns historiadores desqualificavam as fontes orais como documentos, acreditando não serem confiáveis, condenam sua subjetividade, pois destacavam que preciso estar “ancorada em princípios que sustentavam a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto” (MORAES, 2000,p.6).

Para Chartier (2005), a falta de distanciamento do historiador contemporâneo com seu objeto de pesquisa, ao invés de ser um empecilho, pode ser visto como um instrumento de auxílio que colabora entender a realidade estudada. Apropriando-se da reflexão de Chartier, utilizo como fonte de pesquisa nesta monografia as entrevistas realizadas com as beneficiárias para compreender a realidade vivida por elas.

Para elaboração deste trabalho, a categoria de gênero será muito importante assim como suas intersecções como raça/etnia. O conceito de gênero formulado por Joan Scott (1999) apud por Rayssa Carvalho (2012, p.1), aqui será utilizado e compreendido como categoria de análise que discute as diferenças entre homens e mulheres construídas socialmente, e a atribuição dos papéis sociais, possibilitando o entendimento das relações de poder entre homens e mulheres, articulando a outras categorias como raça e classe social.

Para compreender as relações sociais/raciais nas quais estão inseridas as mulheres negras brasileiras recorri as bibliografias de Sueli Carneiro, Marcia Lima, Sonia Giacomini e Olga Farina, Silvia Regina e Stela Meneghel, onde percebi as marcas profundas da desigualdade econômica, política e cultural, herança da escravidão no Brasil. A ligação entre gênero e raça é fundamental para compreender as demandas particulares, nas áreas da saúde, trabalho, educação e renda superando as desigualdades que atinge essas brasileiras de cor. Guimarães (2011), em um estudo, procurou demonstrar às formas de uso e significados do conceito de raça no Brasil, desde o século XIX, que a biologia utilizou para explicar as diferenças culturais dos povos e mostrar que até os dias atuais o uso do termo, com um sistema de classificação de cor.

Para entender as disparidades de renda no Brasil é fundamental compreender o tipo de pobreza que se institui no país, já que é complicado mensurar a pobreza, pois ela possui múltiplas abordagens. No Brasil prevalece a linha de pobreza absoluta que Sonia Rocha (2003) descreve da seguinte maneira: “a pobreza pode ser definida de forma genérica, na qual

as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2003, p.9). sendo difícil de conceitua-la, pois existem dificuldades diferentes, sejam por problemas sociais ou econômicos, portanto se aplica a abordagem mais especifica para cada caso.

Delimitado o tema, foquei em leituras sobre mulheres e políticas públicas, nesse sentido foi preciso entender o processo de emergência do feminismo no Brasil para compreender a inclusão de mulheres nas políticas públicas. Muitos autores e autoras poderiam ser citados, pois existem publicações que abordam os temas esses temas, mais apontarei alguns.

Com relação à emergência e trajetória do feminismo utilizo as concepções de Celi Pinto e Joana Maria Pedro visando compreender o primeiro e segundo momento do movimento feminista. O segundo momento do movimento feminista emergiu nos anos de 1970, marcados pelas lutas pela liberalização do corpo e do prazer das mulheres, bem como contra o sistema patriarcal que naturaliza a subordinação das mulheres perante os homens. . Por meio das lutas dos movimentos feministas que foram elaboradas as primeiras políticas públicas voltadas às mulheres, pois não eram percebidas como sujeitas detentoras de direitos sociais.

Para discutir gênero e políticas públicas utilizo as autoras Cássia Carloto, Silvana Mariano e Marta Farah, entre outras autoras, que estudam a categoria visando compreender a preferência do governo por ter as mulheres como titulares do Programa como, também, para entender a luta do movimento feminista e do movimento feminista negro para criação de políticas sociais voltadas às mulheres; ligadas à saúde, ao emprego e à violência. Procurando inseri-las na sociedade e tornando-as visíveis, depois de um longo tempo de exclusão.

A importância de levar em consideração uma pesquisa sobre mulheres negras inclusas no PBF em São José foi perceber que não há pesquisa e nem bibliografias relacionada a esse grupo de mulheres. Encontrei dois TCCs que descrevem o PBF no município que não aprofundam no assunto e achei as informações contidas neles pouco relevantes para a minha pesquisa. Em um panorama geral Programa Bolsa família foi analisado com referencias do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que serviram para encontrar dados qualitativos que serviram para quando completou 10 anos de existência do Programa houve um crescente de número de pesquisas analisando, questionando o PBF, alguns estudos como o meu ouviram o que as beneficiárias tinham a dizer e foram escritos artigos, monografias,

dissertações e livros sobre o tema. Mas dos materiais que li e tive acesso, nenhum buscou elaborar um trabalho somente com mulheres negras, sendo elas a maioria beneficiadas.

A metodologia da história oral é uma das ferramentas utilizadas nesta pesquisa que ajudou na investigação dos depoimentos coletados foi esse método que nos permitiu conhecer as trajetórias de vidas das entrevistadas que acabou servindo como fonte de pesquisa. As entrevistas são de grande valia para o conhecimento de trajetórias de vidas que carregadas de memórias, possibilitam segundo Le Goff (2010), “[...] conserva certas informações com as quais o homem pode atualizar impressões ou informações do passado” (2010, p.81) e através das informações que obtive com as entrevistas, procurarei analisar o Programa na ótica das entrevistadas, porque cada uma irá expressar o significado do Bolsa Família que é peculiar e pessoal. Para tanto compartilharei da ideia de Portelli sobre memória e história oral

[...] não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos se lembram [...] Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”) [...] (PORTELLI, 2006, p127).

Com essa perspectiva, é possível entender ou interpretar um evento que seja de interesse coletivo por meio de relatos individuais. Compreender os sentidos e valores das ações do indivíduo para perceber a vida em sociedade, esse fenômeno é descrito como prosopografia no sentido de “delinear o perfil de um determinado público (LORIGA, 2011, p.47)”. Quando essas entrevistadas mulheres falam de suas vidas e recordam suas vivências tenho em mente que não se recordaram dos acontecimentos em uma linearidade, tanto podem associar ao contexto vivido no momento ou simplesmente selecionam o que queriam falar. Para Bourdieu (2006), as narrativas são construídas a partir do imediato, ainda que se pretenda contar uma história linear. “As histórias de vidas nem sempre possuem uma sucessão cronológica, geralmente são organizados segundo seja mais fácil compreensão ou tenha lógica” (2006, p.184).

Considero que esse corpo teórico- metodológico foi imprescindível para refletir a condição que vivem as mulheres negras pobres tentando compreender as razões que as colocam na situação de vulnerabilidade. E, por meio delas, pensar na luta que travam as

mulheres há séculos para saírem da exclusão e da invisibilidade e ganharem mais espaços públicos/políticos.

Diante das dificuldades encontradas ao longo dessa pesquisa percebi que é necessário apontar para uma reflexão para a melhor compreensão da trajetória dessa própria pesquisa. Não foi possível coletar dados do Cadastro Único do governo Federal que a Coordenação do Programa do Bolsa Família de São José tem acesso, porque segundo a assistente somente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) pode autorizar para fazer pesquisa no cadastro. Primeiro foi solicitado uma declaração que prontamente a orientadora Cristina S. Wolff providenciou em nome da UFSC, passado um semestre aguardando liberação para fazer uma busca de dados cadastrais dos beneficiários. Ao entrar em contato novamente com a Coordenação do Programa, a assistente social informou que não havia recebido nenhuma resposta do Ministério, solicitou que eu enviasse a ela meu projeto de TCC e outra declaração com a assinatura da orientadora onde especificasse o objetivo do trabalho, as variáveis que eu iria pesquisar no caso a quantidade de pessoas cadastradas no município e quantas dessas eram mulheres e homens e classificar por etnia, além de argumentar que eu precisava desses dados. Passado mais três meses e diante das dificuldades foi decidido em conjunto com a orientadora que não iríamos desistir do tema, mas que a parte em que trata do BF em São José seria feita com as informações disponíveis no site do MDS. Ainda assim tive dificuldades de encontrar algumas informações como: o ano em que o município aderiu ao Programa e como ocorreu sua implantação. Novamente entrei em contato com a assistente social para que ela pudesse passar essas informações, então ela pediu que eu fizesse uma visita na coordenação do PBF e fiz no dia 10 de abril de 2015, esclareceu algumas informações sobre os benefícios e me enviou por e-mail um relatório do PBF de 2009.

Ao fazer pesquisa em bibliografias sobre o benefício percebi que este não foi um problema somente meu. Conforme relata Carvalho e Nunes em seu artigo *Reflexões sobre o Programa Bolsa Família e seu Impacto Sobre as Questões de Gênero no Distrito Federal, no Período de 2010 a 2012*. “Houve dificuldades institucionais vividas pela equipe de pesquisa no que toca ao acesso dos dados da população da Estrutural que recebia o Benefício do Programa Bolsa Família. (CARVALHO; NUNES, 2014, p.215)”. Isto dificulta a pesquisa, na análise de como esse programa tem auxiliado as pessoas, compreender se de fato se tem auxiliado a população desse município, pois não é possível dar ênfase na fonte com dados encontrados em bibliografias e confrontar com o que diz as entrevistas. Seria importante e enriqueceria a pesquisa se pudesse saber quantas mulheres estão cadastradas e quantas dessas

tem acesso ao benefício, e saber do total de todas as mulheres quantas são brancas e quantas negras, quantas indígenas e ainda a quantidade de homens responsáveis pela família.

O acesso ao CadÚnico possibilitaria identificar algumas especificidades regionais do Programa: se as rendas das famílias beneficiárias estão de acordo com o estipulado pelo Governo Federal (cálculo realizado pela divisão da renda familiar pelos membros que a compõe), identificar quantas pessoas conseguiram superar a pobreza e deixaram o Programa, os casos que envolvem famílias com dependentes químicos e a desnutrição infantil. Diante da impossibilidade de acesso a esses dados do município de São José, o capítulo 2 dessa investigação não apresenta os dados qualitativos municipais do PBF.

Para não desistir do tema trabalhei com informações contidas no site do MDS, sobre o município e um relatório fornecido pela assistente social de 2005-2009, a partir daí escrevo sobre a implantação do PBF e as dificuldades encontradas na transição do Programa Bolsa Escola para o PBF em São José. Dessa forma, esse trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema tratado no decorrer desse trabalho, mas apenas questionar respeito da eficiência dos mecanismos utilizados na contemporaneidade para combater a pobreza e a desigualdade que permeia a sociedade seja por gênero, classe ou raça. E assim, como abrir o debate para próximos trabalhos que venham a esclarecer e analisar o programa e seus benefícios.

O TCC está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo descrevo a emergência de políticas de transferência de renda no Brasil, que se faz necessário para compreender a criação do Programa Bolsa Família, priorizando a necessidade de inclusão das mulheres em políticas públicas sociais desde a década de 1970 até o início do século XXI. No segundo capítulo, busco apresentar um panorama do município de São José e seu desenvolvimento socioeconômico, bem como as especificidades do PBF no município. No terceiro capítulo serão abordadas as dificuldades de inserção das mulheres negras e pobres na sociedade brasileira analisando o que impede uma ascensão social. E procuro interpretar através das narrativas qual o significado do Programa e quais mudanças ocorreram em suas vidas.

CAPÍTULO 1. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA- SUA EMERGÊNCIA E PECULIARIEDADE

O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, com o objetivo de unificar os programas sociais anteriores, como o Vale Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Segundo Weissheimer (2006, p.25), “O objetivo de unificar todos os benefícios sociais do governo federal foi para acelerar a liberação do dinheiro, diminuir a burocracia e melhorar o controle dos recursos”. Para realizar a unificação dos programas e fazer a seleção das famílias o programa se beneficiou do Cadastro único (CadÚnico)³, que foi criado pelo governo federal para saber quem são e como vivem as famílias pobres no Brasil. Este reúne “informações de renda per capita de até meio salário mínimo e/ou renda familiar de até três salários mínimos e também serve como base para outros programas” (CARLOTO, 2012, p.121). Sendo assim, é um programa de transferência direta de renda condicionada que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. Até o surgimento do PBF não havia no Brasil um programa que atendesse todo o núcleo familiar. Os que eram disponíveis beneficiavam e eram acessível somente à criança, deficiente, idoso e adolescente.

Criado em 20 de outubro de 2003 pela medida provisória nº 132 e convertido em Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, o programa prioriza a mulher como titular do benefício e responsável por fazer cumprir as condicionalidades na área da saúde, educação e assistência social. Desde o início o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2011), tem a mulher no foco de suas ações, por fazer acreditar que elas decidem melhor em proveito da família.

Fazendo um panorama básico do Programa pode-se perceber como ocorreu sua evolução. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), nos

³ O CadÚnico registra informações de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e, portanto, abrange um público significativamente maior que aquele do programa. Conforme legislação do CadÚnico (Decreto no 6.135/2007), também podem ser cadastradas famílias com renda mensal superior a meio salário per capita, ou a três salários mínimos no total, desde que sua inclusão no CadÚnico esteja vinculada à implementação ou ao acompanhamento de programas sociais desenvolvidos nos três níveis da Federação. A pessoa que não tem perfil para receber o Bolsa Família, mas está inserido no CadÚnico pode requerer a outros benefícios como: tarifa social de energia elétrica, carteira do idoso, aposentadoria para dona de casa, telefonia popular, Pronatec, e demais programas. Habitação Popular; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; PETI, Agente Jovem, Projovem Urbano; Brasil Alfabetizado; Microcrédito Produtivo; Grupos de Convivência;

primeiros anos ocorreu à transição das famílias que eram atendidas pelos programas de transferências de renda já existentes de combate à fome e realizadas concessões de benefícios para novas famílias. O Programa foi destinado no primeiro momento às famílias carentes com crianças e gestantes. É preciso ressaltar o limite de crianças por família. Este constituía até três com idade máxima de quinze anos. Conforme o programa foi sendo organizado e devido a sua estrutura foi possível inserir novas pessoas. Logo se expandiu para núcleos familiares com gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade.

Conforme o MDS (2013) o benefício mínimo é de R\$ 32,00 e o máximo de R\$ 306,00 sendo seis os tipos de benefício oferecidos pelo PBF: Benefício Básico; Variável; Variável Jovem, Nutriz, Gestante, Brasil Carinhoso. O Benefício⁵ Básico é concedido às famílias que têm uma renda per capita de até R\$ 70,00, consideradas em situação de extrema pobreza. São estas que podem receber o benefício básico no valor de R\$ 70,00 por mês. Para tanto, não é necessário ter crianças residentes no domicílio, pode ser uma pessoa que reside sozinha, podem ser incluídos moradores de ruas e idosos. O Benefício variável é concedido o valor de R\$ 32,00 para famílias com renda mensal até R\$140,00, ou que tenha no grupo familiar, gestante, nutrizes⁶ ou filhos com idade inferior a 15 anos e 11 meses.

O Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) é destinado famílias que somando a renda pessoal, descrita no Cadastro Único, mais a transferência de renda repassada pelo Governo Federal não conseguem alcançar a renda per capita familiar de R\$ 70,00. O Benefício Variável Jovem (BVJ) é concedido aos adolescentes de 16 a 17 anos e 11 meses, onde estes terão direito, desde que estejam estudando, o valor de R\$ 38,00 por mês, respeitando o limite de cinco beneficiários por família.

A família com renda per capita inferior a R\$ 70,00 pode receber o benefício básico e os variáveis, podendo somar a R\$ 336,00. Lembrando que o benefício a gestante e o nutriz é contabilizado nos cinco benefícios variáveis que as famílias têm direito. Portanto, se há um limite do benefício, desmente-se a falácia da mídia de que haveria famílias que iriam ter filhos para viver na dependência do Programa sem precisar trabalhar. Diante de

⁵ Em junho de 2014, os benefícios do Bolsa Família teve reajuste de 10%. O Benefício Variável pago por gestante, nutriz, crianças ou adolescentes até 15 anos de idade sobe de R\$ de 32,00 para R\$35,00, já o Benefício Variável vinculado ao adolescente até 17 passa de R\$ 38 para R\$42,00 mensais. Disponível em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/beneficios-do-bolsa-familia-tem-reajuste-de-10> acesso 05 dez 2014

⁶ Variável Nutriz (BVN) são concedido às crianças de famílias beneficiárias do PBF, com idade entre 0 e 6 meses, e pago em 6 parcelas consecutivas de R\$32,00, a contar da data de concessão do referido benefício. O pagamento das 06 parcelas completas é disponibilizado independente do momento em que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único, desde que isto ocorra até os 6 meses de vida.

tais declarações, realizadas principalmente nas redes sociais e imprensa, é importante enfatizar que é repassado um valor modesto às titulares o que tornaria e torna impossível manter uma família somente com os recursos dos benefícios. De acordo com estudos realizados pelo IPEA e MDS (2013) não houve um aumento no número de filhos entre as beneficiárias, nas diversas regiões brasileiras⁷. Entretanto, pesquisa realizada por Alves e Suzana Cavenaghi para o IPEA, apontam, no que tange ao PBF ou devido a ele, não houve uma diferença significativa, mas ressalta que entre as cadastradas no CadÚnico, “uma proporção maior de mulheres tem três ou mais filhos”. (2013, p.235)

Com o aumento do número de famílias beneficiadas pelo PBF foi firmado a assinatura do Termo de Adesão⁸ e foi criado o Índice de Gestão Descentralizadora (IGD)⁹ entre os entes federados: União, Estados, Distrito Federal, municípios e Caixa Econômica Federal. Tal necessidade de articulação entre os entes federados possibilitou administrar melhor o programa o qual tem por objetivo combater a pobreza e exclusão social do povo brasileiro, bem como melhorar o atendimento dos beneficiários do PBF.

Em contrapartida os beneficiários precisam cumprir algumas exigências que o governo chama de condicionalidade. Neste trabalho pontuarei algumas de modo a esclarecer as peculiaridades do programa e benefícios.

Nesse sentido, na área da educação¹⁰, as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária, os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência, no mínimo, de 75%. A área da assistência social deve fiscalizar as crianças e adolescentes com até 15 anos em risco

⁷ O que desmitifica também a ideia propaganda pelo senso comum que mulheres teriam mais filhos para ter acesso a mais benefícios.

⁸ O Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único dos Programas Sociais, regulamentado pela Portaria GM/MDS nº 246, de 20/05/2005, e o Termo de Adesão dos Estados ao Processo de Atualização Cadastral, regulamentado pela Portaria GM/MDS nº 360, de 12/07/2005, foram os instrumentos criados para regulamentar a adesão dos municípios e estados, respectivamente, ao Programa Bolsa Família. O saldo do processo de adesão foi extremamente positivo: 5560 municípios e todos os estados aderiram ao Bolsa Família, o que representa a consolidação do papel e responsabilidades de cada ente federado em relação ao Bolsa Família e o acesso a recursos financeiros para apoio à gestão do Programa. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/conteudo-antigo/relacao-com-estados-e-municipios-1/termo-de-adesao/conteudo-antigo/relacao-com-estados-e-municipios-1/termo-de-adesao/extrato-de-adesao>> 02 dez 2014.

⁹ É um indicador utilizado Pelo Ministério do Desenvolvimento social para monitorar a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família, e os cumprimentos da condicionalidades, além da gestão do Cadastro Único e das condicionalidades. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/indice-de-gestao-descentralizada-igd>> Acesso 28 de out de 2014.

¹⁰ Bimestralmente, a Secretaria Municipal de Educação coordena o trabalho de coleta de informações de frequência escolar das escolas municipais e estaduais. Estas informações são repassadas ao Ministério da Educação, por uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação, através do Projeto Presença.

ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), as quais devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com frequência mínima de 85% da carga horária mensal, além de manterem seus cadastros atualizados junto ao Cadastro Único para Programas Sociais. Na área da saúde¹¹, as mulheres grávidas devem inscrever-se para fazer o pré-natal e realizar consultas médicas periódicas, as crianças menores de sete anos devem ser levadas, no mínimo de seis em seis meses para serem acompanhadas por um profissional da saúde. O objetivo é avaliar o estado nutricional e o desenvolvimento da criança e manter o calendário da vacina em dia. Essas condicionalidades são acompanhadas pelos municípios e informadas sistematicamente ao MDS. São também, responsabilidade do titular manter a atualização cadastral que é realizada a cada dois anos. O não cumprimento das condicionalidades vai desde a advertência da família, passando pelo bloqueio e pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento, caso o descumprimento ocorra repetidamente.

É possível constatar em levantamentos feitos pelo IBGE, IPEA, PNAD e pesquisas acadêmicas que há uma certa tendência da população de classes mais baixas de não realizar visitas frequentes ao médico, talvez por não terem atendimentos próximos a sua casa ou por falta de conhecimentos a cerca dos cuidados com a saúde ou a falta de prestação de serviços de saúde postos e hospitais. Entre tantos fatores que não serão explorados, mas colocados para apenas ter uma dimensão. Outro agravante é a falta de escolarização dessas pessoas, para tanto o governo insiste que os filhos dos beneficiários frequentem a escola, pois é imprescindível para diminuir a vasão escolar e erradicar o trabalho infanto-juvenil. E enfim, para evitar que comecem com pouca idade no mercado de trabalho.

De acordo com Alves e Cavenaghi (2013), para combater a pobreza é preciso ir além do fornecimento de alimentos é investir no capital humano por meios de políticas públicas focalizadas. Nessa perspectiva os autores procuram mostrar que o Programa BF foi criado para aliviar a fome de imediato, todavia não seria o suficiente para romper com o ciclo de pobreza. Sendo assim, apostou-se na aplicação das condicionalidades para produzir efeitos em longo prazo, oferecendo a oportunidade para que as crianças saiam da extrema pobreza e adquiriram melhor qualidade de vida no futuro.

¹¹ É de responsabilidade da Sec. De Saúde alimentar o sistema do Ministério da Saúde - DATASUS – Bolsa Família na Saúde, com as informações levantadas, sendo o público alvo: Crianças de 0 A 7 anos de idade e mulheres de 14 a 44 anos.

Na área da saúde as condicionalidades têm como foco as crianças menores de sete anos e gestantes. Junior, Jaime e Lima em estudo para o IPEA (2013), relatam que os casos de desnutrição infantil prevalecem em famílias extremamente pobres.

A desnutrição infantil é um dos maiores problemas de saúde enfrentados nos países. Há evidências exaustivas de que déficits de crescimento na infância estão associados a maior mortalidade, excesso de doenças infecciosas, prejuízo para o desenvolvimento psicomotor, menor aproveitamento escolar e menor capacidade produtiva na idade adulta (BLACK et al 2008 APUD IPEA 2013, p 100).

Diante do que foi exposto percebe-se os resultados negativos da desnutrição, que na maioria das vezes está relacionada a uma alimentação precária de nutrientes. Como se pode ver para tal situação como política de transferência direta de renda o PBF é positivo, pois sabendo da necessidade nutricional da criança o responsável legal, pode comprar alimentos específicos e até mesmo remédios para o doente.

O acompanhamento das gestantes durante o pré-natal reforça o cuidado consigo e com o bebê, pois se podem detectar riscos gestacionais evitando assim, morte materna e neonatal. Conforme o relatório, pelo Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal do Ministério da Saúde:

[...] estes eventos foram sendo entendidos como indicadores sensíveis da qualidade de vida de uma população, por evidenciarem em sua maioria, mortes precoces que poderiam ser evitadas pelo acesso em tempo oportuno a serviços qualificados de saúde. Acrescenta-se a isto o fato de que a mortalidade materna e neonatal não se distribui de maneira homogênea na população e o risco de morrer está relacionado com o seu nível sócio econômico. A desigualdade social gera graves disparidades na chance de sobrevivência das mulheres e recém-natos. (MINISTÉRIO, 2004, p. 3)

É importante ressaltar que a condicionalidade a saúde é para todo o grupo familiar e o cuidado não é somente com as gestantes e casos de desnutrição, mas qualquer outra doença. Os dois casos citados são um desafio para a saúde pública que possuem maior prevalência entre mulheres e crianças das classes sociais com menor acesso aos bens sociais. Ainda conforme o relatório, o governo brasileiro prioriza suas políticas públicas à saúde da mulher e das crianças.

Ressalta-se ainda que as condicionalidades, “[...] são consideradas pelo Banco Mundial e autoridades governamentais como sendo fundamentais para o rompimento do círculo vicioso da pobreza [...] (FREITAS, 2014.p.205)”.

As condicionalidades do Programa tem fundamento em um documento lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante a cúpula do milênio, ano 2000. Em que cita algumas propostas a ser alcançadas para construir um mundo melhor e justo para os cidadãos mais pobres: que se concretizou em 8 objetivos para serem combatidos até 2015¹³.

Reduzir pela metade o número de pessoas que vivem na miséria e passam fome; Garantir a educação básica de qualidade para todos; igualdade entre os sexos e mais autonomia para as mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhoria da saúde materna; Combate a epidemias e doenças; Garantia da sustentabilidade ambiental; Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento (ONU, 2000, p.1-16)¹⁴.

No âmbito dessas informações é possível perceber que o PBF, buscou cumprir alguns dos objetivos propostos pela ONU. Para que as condicionalidades possam proporcionar a inclusão social é preciso que os agentes políticos, União, Estados e municípios propiciem serviços básicos com qualidade para os beneficiários. Esta ação recai principalmente para as prefeituras, pois cabem a elas localizar as famílias pobres e oferecer ações complementares para que saiam da vulnerabilidade.

Existem programas complementares como: o Programa de Geração de Trabalho e Renda, a Alfabetização de Adultos, o fornecimento de registro civil e outros documentos para que os adultos possam se qualificar e conseguir uma colocação no mercado de trabalho que não seja em serviço inferior e mal remunerado.

Freitas (2014) aponta que no mesmo instante que vê na saúde e na educação investimentos para o futuro das crianças e cria condições para investir no capital humano, busca-se que a próxima geração tenha mais oportunidades e seja mais produtiva que seus pais, não se percebe investimento de quantidade e nem de qualidade nos serviços que fazem parte das condicionalidades. Presume-se que as condicionalidades devem ser cobradas se os indivíduos tenham acesso aos serviços que são garantidos pela Constituição Federal.

Para ter acesso ao Programa a pessoa responsável pela família¹⁵, deve procurar a assistência social de sua cidade ou o local responsável pelo Bolsa Família, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com documentos originais¹⁶ e do restante da

¹³ Disponíveis em <http://www.pnud.org.br/odm.aspx> acesso em 3 de junho de 2015.

¹⁴ Disponível em http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf acesso 02 de junho de 2015.

¹⁵ O responsável pela família deve ser maior de 16 anos de idade. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Informe%20362.pdf> acesso 07 de abril de 2015.

¹⁶ Documentos que deverão ser apresentados para preencher o Cadastro Único ou revisão cadastral. Para cada membro da família e/ou residentes no domicílio devem ser apresentados os originais dos seguintes documentos:

família. Após preencher um Cadastro suas informações são incluídas em um banco de dados do governo federal denominado de CadÚnico, as famílias serão classificadas para receber o benefício pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc)¹⁷ quem coordena o programa. O cartão magnético é enviado ao titular que passa a receber mensalmente o valor conforme critério, baseado no número de membros de sua família e da renda familiar.

Conforme IPEA (2007), no início do Programa Bolsa Família, as famílias pobres foram divididas em dois grupos: as extremamente pobres, com renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 50,00; e as pobres, com renda familiar *per capita* mensal de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. Em novembro de 2006 esses valores foram atualizados para R\$ 60,00 e R\$ 120,00. De

\$60,00, as famílias eram consideradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social como, extremamente pobres, as que possuíam uma renda per capita entre R\$ 60,01 a R\$ 120,00 era considerado pobre. No ano de 2011 o governo federal passou a considerar pobre quem possuía renda *per capita* entre \$70,00 e \$140,00 e extremamente pobre renda per capita de \$70,00.

O conceito de pobreza é extremamente complexo e traz diferentes abordagens o que tem gerado muitas discussões, de como mensurar a pobreza. O MDS trabalha a linha de pobreza com um valor monetário pré-estabelecido para suprir a fome e as necessidades básicas.

Em 2011 com o lançamento do Plano Brasil sem miséria, no Brasil passou adotar o parâmetro para medir a linha de extrema pobreza o mesmo que a Organização das

das crianças e adolescentes: certidão de nascimento; Atestado de frequência escolar que deverá ser do mês que preencher o cadastro ou no máximo do mês anterior, é necessário apresentar de todos com idade entre 06 a 16 anos, em período de férias poderá ser apresentado o comprovante de matrícula. Adolescentes com idade entre 16 a 18 anos, quando estiver estudando, é necessário apresentar estes documentos. Crianças com menos de seis anos deverá ser apresentado o cartão de vacinação. Dos demais moradores da casa Carteira de identidade: Necessário para os maiores de idade; CPF: Obrigatório para o responsável legal pelo cadastro. O CPF tem que está regularizado na Receita Federal. Título de eleitor: obrigatório para o responsável legal que não possuir o CPF. Certidão de casamento: se for casado no civil, caso contrário não é necessário.

Carteira de trabalho: necessário para todos que já fizeram este documento, mesmo que não possua nenhum registro contrato de trabalho na carteira; Comprovante de rendimentos: Comprovante de renda: Necessário para quem possui emprego formal, ou seja, carteira de trabalho assinada. A pessoa que recebe alguma renda, mesmo sem carteira de trabalho assinada, como é o caso de funcionário público, é Obrigatório: informar e apresentar o contra cheque do último mês. Também, será exigido das pessoas que estão no seguro desemprego ou auxílio doença o comprovante de rendimentos. Aposentados, pensionistas e beneficiários da BPC (LOAS): necessário apresentar o último comprovante de renda (extrato bancário do saque ou documento que comprove o seu salário). Comprovante de Residência; necessário apresentar conta da luz, água ou telefone, se não tiver estes documentos em nome do morador da casa, deverá ser apresentado documento que comprove o endereço, como: recibo de aluguel ou cartão de saúde da pessoa que está preenchendo o cadastro com o mesmo endereço do comprovante de residência. Estes documentos deverão ser recentes, preferencialmente do mês do preenchimento do cadastro ou do mês anterior.

¹⁷ Disponível em <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/estrutura/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania/senarc-institucional-1>> acesso 08 de maio de 2015.

Nações Unidas que usa para os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: US\$ 1,25 ao dia, por pessoa. O valor foi atualizado pela paridade do poder de compra. (MINISTÉRIO, 2014)¹⁸

Para alguns estudiosos, a definição de uma linha de pobreza é importante para se determinar o nível de pobreza de um país, bem como servir de critério de avaliação de programas sociais. De acordo com Rocha (2003), a linha de pobreza pode ser definida como absoluta ou relativa. Desse modo entende-se por pobreza absoluta aquele valor constante em termos reais associados a algum critério fixo como mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas. A pobreza relativa é a dificuldade de viver de acordo com o padrão de vida dominante.

No Brasil, ocorre a linha de pobreza absoluta, em que a população que vive na precariedade em estado de vulnerabilidade é incapaz de satisfazer as necessidades mínimas de subsistência humana, carecendo de direitos instituídos pela Constituição Federal de 1988: alimentação, prevenção de doença, acesso a educação, moradia, trabalho, lazer e outros. A falta de obtenção desses recursos ajuda a agravar a pobreza, ocasionada pela distribuição desigual de renda no país. Sendo necessário promover políticas públicas para erradicar a desigualdade social da população brasileira.

Então, em março de 2013, todas as famílias carentes já cadastradas puderam contar com o auxílio, independentemente da presença de crianças ou adolescentes em sua composição familiar, passaram a contar com o auxílio do benefício para superar a pobreza e extrema pobreza. Neste mesmo ano o Programa BF completou 10 anos de existência.

Assim como o MDS proporcionou benefício que completasse a renda mínima estabelecida pelo governo às famílias em pobreza extrema. Estados brasileiros¹⁹ procuraram implantar benefícios regionais para complementar a renda e superar a extrema pobreza estabelecida por cada Estado. Havia famílias que mesmo recebendo o BF continuavam com renda inferior a \$70, sendo este o valor que define a linha de extrema pobreza estipulado pelo MDS. Pretende ressaltar também que são concedidos outros benefícios até eliminar a margem de carência monetária e ficar no patamar do valor do programa, como o Programa Brasil Carinhoso.

¹⁸ Disponível em <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/beneficios-do-bolsa-familia-tem-reajuste-de-10>> acesso 08 de maio de 2015.

¹⁹ Em Santa Catarina existe o Santa Renda, onde é estabelecido a linha de extrema pobreza o valor de R\$80,00 per capita por família.

No entanto o Programa possui avaliações críticas, como as de Zimmermann (2006), primeiro o autor aponta que o BF não é uma solução, mas uma medida paliativa para acabar com a pobreza. Na ótica dos direitos humanos possui alguns empecilhos, pois um direito não deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, uma vez que a condição da pessoa seja o único requisito. Entretanto, o autor argumenta que o valor pago pelo Bolsa Família não acompanha o custo da Cesta Básica Nacional, necessário para alimentar um ser humano em fase adulta.

Nessa mesma linha de raciocínio, mas com outra postura frente ao Programa, argumentam Leão e Pinzani (2013) que o Bolsa Família não pretende ser uma solução para a pobreza ou a fome, mas atua como medida de emergência para as pessoas pobres. Apesar de não ser o suficiente para um ser humano viver independente financeiramente, melhorou a condição de vida de algumas pessoas. Na descrição de Leão e Pinzani, essa renda monetária deu a algumas mulheres a oportunidade não somente de sair do estado de miseráveis, como elevou também a condição moral, proporcionou autonomia, independência e cidadania.

É preciso salientar que o objetivo do Programa não é exterminar a pobreza, pois é algo complexo e de longa duração no Brasil, mas sim, amparar indivíduos que possuem escassez monetária. No entanto, o Bolsa Família não é o primeiro programa social que procura solucionar o problema da fome, antes dele já existiram no Brasil programas de transferências de renda com o mesmo objetivo. A seguir faz-se uma breve explanação.

1.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA

A constituição Brasileira de 1988, conhecida como constituição cidadã, prevê um processo de descentralização da política pública e a participação popular. Entretanto, os avanços obtidos na constituição de 1988, no período de abertura e transição política que ocorria no país, com resquícios da crise econômica dos anos de ditadura, tiveram um retrocesso na garantia das políticas públicas que voltaram a emergir nos anos noventa. A partir desta década, as políticas de transferência condicionada de renda passam a se constituir em escolhas do poder público, como parte das estratégias de redução da pobreza. No Brasil, essas políticas começaram como iniciativas dos municípios e Estados para construir uma “sociedade igualitária”. Em 1991, o senador Eduardo Suplicy apresentou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 80/1991, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com renda que.

correspondesse hoje em média a 1,5 salários mínimos. Foi, esse projeto que abriu caminho para enfrentamento da pobreza em nível local, que são resultados de algumas demandas sociais.

As políticas de redução de pobreza são focadas em pessoas pobres para reduzir as desigualdades sociais. Entendendo que o Poder Público, devido a sua constituição e suas leis, deve priorizar os mais pobres, seria preciso um tratamento diferenciado aos mais pobres, de forma a reduzir desigualdades prévias e, no futuro, promover a igualdade. Dessa forma lançou um pequeno horizonte das políticas anteriores ao Bolsa Família.

Zimmermann analisa os programas de redução da pobreza no Brasil que teve início, a partir dos anos 1990. Para o autor a campanha do sociólogo Herbet de Souza, conhecido como Betinho, no governo de Itamar Franco (1992-1994), fundou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 1998 e 1999- 2002), em seu primeiro mandato estabilizou-se a economia como meio de combater a fome e a pobreza, no segundo mandato criou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), devido a essa iniciativa outros programas de distribuição monetária foram extintos. Entre os anos de 1996 e 2002, foram lançados Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC). Conforme estudo realizado pelo IPEA (2007), o primeiro a ser criado em 2006 foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)²⁰, focalizado em crianças de 7 a 15 anos que trabalhavam ou corriam o risco de trabalhar. Em 2001 foi criado o Bolsa Escola²¹, que consistia na frequência escolar mínima de 85% no ano para crianças de 6 a 15 anos, vinculado ao Ministério da Educação. Em seguida foi lançado o programa Bolsa Alimentação²² ligado ao Ministério da Saúde. Em 2002 foi lançado o Auxílio Gás vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Esse não era considerado um programa de transferência condicionada, mas um benefício financeiro às famílias com renda familiar per capita mensal

²⁰O PETI é focalizado nas crianças de 7 a 15 anos que trabalhavam, ou estavam sob risco de trabalhar, em atividades perigosas, insalubres ou degradantes, tais como o cultivo de cana-de-açúcar ou em carvoarias. O Peti era composto de duas partes: uma bolsa de R\$ 25,00 para crianças em áreas rurais, e R\$ 40,00 em áreas urbanas, e um orçamento suplementar para os municípios, cujo objetivo era a criação de uma jornada escolar ampliada, de tal forma que nem as crianças beneficiadas tampouco as demais tivessem tempo para trabalhar. As contrapartidas do Peti eram que as crianças menores de 16 anos não trabalhassem e tivessem frequência escolar de 75% no ano. O órgão responsável pelo Peti era a Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas).

²¹O benefício era concedido a famílias cuja renda *per capita* se situava abaixo de R\$ 90,00. O valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança, com um teto de R\$ 45,00 por família, e era o Ministério da Educação que respondia pelo programa.

²²Tinha como público-alvo famílias com renda mensal per capita de até R\$ 90,00, com presença de gestantes, nutrizes e crianças ente 0 e 6 anos de idade.

até meio salário mínimo, como forma de compensar o aumento do preço do gás de cozinha, resultante da retirada do subsídio naquele momento.

Já em 2003, foi implantado o programa Cartão Alimentação como estratégia denominada de Fome Zero gerenciado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA) ²³.

Cada programa tinha uma agência executora, com informações separadas que não se comunicavam. Por não haver um cadastro nacional era possível que uma pessoa recebesse todos os programas enquanto outras ficavam de fora. No ano de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família que incorporou os programas anteriores e para ter um controle do benefício fez uso do CadÚnico que vinha sendo aperfeiçoado desde sua criação em 2001.

Para Carloto (2012), os programas de transferência de renda começam a se consolidar na América Latina no final da década de 90 e nas primeiras décadas do século XXI, com incentivo do Banco Mundial como estratégia de combater a pobreza. No Brasil, há uma expansão desses programas com várias denominações. No início do governo Lula há uma unificação desses programas resultando no Programa Bolsa Família. Segundo a autora o programa atua no alívio imediato da pobreza e gera uma garantia de renda às famílias e contribui no empoderamento e autonomia das mulheres. Observou ainda que segundo o censo de 2010, as mulheres são maioria da população em situação de extrema pobreza e ressalta que as mulheres negras são as mais afetadas. Esse fenômeno ficou conhecido como feminização²⁴ da pobreza, devido ao crescente número de mulheres pobres na América Latina.

Para solucionar a pobreza feminina, Marta Farah (2004), esclarece que o movimento e entidades feministas articularam as ideias de grupos governamentais e não governamentais para propor políticas públicas focalizadas a esse grupo. Com “ênfase na inclusão de mulheres como beneficiárias das políticas” (FARAH, 2004, p 54).

O Programa Bolsa família prioriza a titularidade do cartão para as mulheres. Segundo o IPEA em 2013, a maioria das beneficiárias são mulheres, representando 93,1% dos inscritos no programa, sendo que destas 73% eram negras e pardas. Em estudo realizado pelo IPEA, também em 2013, intitulado *Dossiê Mulheres Negras* afirma-se que a mulher negra tem o menor rendimento no país, aparecendo em nível financeiro abaixo dos homens e mulheres brancas, bem como homens negros. Em vista disso o movimento de mulheres recomenda que

²³ Esse ministério foi extinto em 23 de janeiro de 2004 e substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

²⁴ A “feminização da pobreza” é um termo utilizado para dizer que entre os pobres as mulheres são maioria.

as políticas de combate à fome atendam prioritariamente as mulheres. O gráfico abaixo mostra a desigualdade de renda da mulher negra.

TABELA 1 Média da renda da ocupação principal¹ por sexo, segundo cor/raça

Brasil 1996-2007

Cor/Raça	Masculino										
	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Branca	1.326,1	1.339,3	1.315,9	1.211,5	1.212,2	1.177,5	1.118,5	1.096,1	1.139,2	1.238,4	1.278,3
Negra ¹	599,0	594,2	586,2	551,2	566,0	565,4	514,6	540,2	569,9	611,7	649,0
Feminino											
Branca	753,3	750,9	759,9	714,3	732,8	724,8	666,4	673,9	717,6	778,3	797,1
Negra ¹	357,9	343,4	353,5	330,7	356,7	355,1	336,1	348,7	364,2	402,1	436,5

Nota: (1) A população negra é composta de pardos e pretos.

Obs.: (1) A PNAD não foi realizada em 2000

(2) Em 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça terceira edição Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300017/12146>> acesso em 20 de junho de 2015.

Segundo o *Retrato das desigualdades no Brasil* terceira edição, o IPEA (2003), descreve o que frequentemente se ouve dizer que a diferença salarial entre brancos e negros se deve à desqualificação das pessoas negras. Há de se destacar que alguns negros desistem de estudar devido à discriminação e passam a se dedicar ao trabalho. Mas conforme levantamento feito pelo mesmo aponta que:

Em 2003 elas tinham, em média 7,8 anos de estudos contra 6,8 dos homens (a média brasileira era, em 2003, de 7,2 anos), o que não lhes garantiu melhores condições de trabalho, ou ao menos as mesmas condições de trabalho, ofertadas aos homens no trabalho (IPEA, 2003, p.22).

Como gestoras do benefício direto de renda, as mulheres são também responsáveis por fazer cumprir as condicionalidades, e isso gera polêmica. Por um lado a gestão do benefício auxilia na conquista de maior autonomia para as mulheres, por outro lado, reforça seu papel tradicional com o cuidado e responsabilidade com a família, de certa forma desresponsabilizando os homens. O MDS (2007)²⁵ intitulou a mulher como responsável

²⁵ Disponível em <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2007/marco/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres>> acesso em 25 de jun. de 2015

alegando que ela administra melhor o dinheiro liberado pelo governo e que pensa primeiro bem estar dos filhos, por saber das necessidades da família.

Se formos olhar de uma perspectiva histórica, no Brasil essa não é uma questão nova. Maria Odila Dias (1995), ao analisar as famílias do século XIX, em São Paulo, encontrou um número muito grande de mulheres responsáveis por suas famílias. A maioria das chefes de famílias, eram negras e pardas, naquela época a vida dos homens era muitas vezes itinerante indo atrás do gado, do ouro e outras mercadorias preciosas, ou sendo convocados para as guerras.

Em Desterro e região, como então se chamava Florianópolis, Pedro (1994), relata que mulheres já se responsabilizavam pelo cuidado com suas filhas e filhos, já que muitas eram chefes de família. Ou seja, certamente não foi o Programa Bolsa Família que criou essa responsabilidade para as mulheres, mas é fato que ele reforça a ideia de contribuição da mulher enquanto cuidadora do lar. Na mesma medida em que dá a essas mulheres condições mínimas de sustento, e talvez, a médio e longo prazo, de superação dessa situação, na medida em que os filhos e filhas estudam e conseguem melhores empregos, ou que elas se sentem valorizadas a ponto de também procurarem estudar e qualificar-se profissionalmente.

Peixoto (2010), explica que o Programa Bolsa Família é contraditório porque tem a mulher como foco principal, pois ao mesmo tempo em que a fortalece no interior da família como representante legal e a faz autônoma, atribui a ela funções construídas historicamente e consideradas femininas, reproduzindo um modelo de relação de gênero fundado na desigualdade, fortalecendo assim a clivagens entre homens e mulheres. Partindo deste ponto de vista, o PBF acarreta à mulher mais uma função, sua participação começa no preenchimento do cadastro, já que é titular prioritária.

Na mesma linha de raciocínio, Carloto e Mariano, (2010), discutem que programa de transferência de renda reforça o papel da mulher. Tendo em vista que é a titular do cartão torna-se responsável pela família, e acaba vinculada à “papeis femininos” de mãe e cuidadora. Deste modo, o Programa Bolsa Família acabaria naturalizando o papel tradicional e social da mulher.

Além de mãe e cuidadora, o PBF gera sobre às mulheres a responsabilidade de cumprir com as condicionalidades, pois caso não cumpra, e perca o benefício isso é atribuído à irresponsabilidade de não cumprir com as obrigações acerca do benefício.

Para alguns estudiosos, Leão (2012), Cunha (2007) e outros, o PBF torna-se importante, pois oportuniza a autonomia e independência financeira da família. É preciso ressaltar que o alvo do programa é a família, mas o programa acaba empoderando as

mulheres. Isso acontece, pois no Brasil, historicamente são as mulheres as responsáveis pelo bem estar da família e pelo cuidado com os filhos, embora, durante muito tempo, os homens é que fossem considerados os provedores principais do lar. Para o ministério do Desenvolvimento Social;

O fato de receber e administrar os recursos tem feito com que as mulheres, [...] tenham fortalecido seu papel na família e na comunidade. Dentre os efeitos positivos podem ser destacados o acesso ao crédito, a visibilidade da renda, o planejamento do orçamento doméstico, a “melhora da autoestima” das mulheres, a redução da dependência com relação ao parceiro e a redução dos conflitos domésticos, que leva à diminuição da violência contra as mulheres. (MINISTÉRIO..., 2007)²⁶

Para mulheres pobres que não possuem estabilidade financeira, ter em seu poder uma renda garantida todo mês, que dependa somente de seu esforço, tem um grande significado em suas vidas e isso a faz importante. Porque “a renda monetária emancipa a pessoa não somente da miséria e pobreza, mas de um ambiente social” (LEÃO; PINZANI, 2013, p.71).

Em relação ao empoderamento feminino, Lima, Meneghel e Farina definem que “o empoderamento significa um desafio para as relações de poder existentes; representa a expansão da liberdade de escolha e de atuação e o aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e decisões que afetam suas vidas” (2005, p.570).

Já não é mais vista como uma miserável em seu meio social, o benefício é considerado pequeno, mas liberta da situação humilhante da pobreza. Para Cintia Sarti (2004), vários são os motivos prováveis que priorizam as mulheres como beneficiárias de políticas de transferência de renda seja pela pobreza feminina, ou pela atuação do movimento feminista e o movimento de mulheres independente de qual seja o motivo, é inegável que o PBF simboliza para muitas mulheres mudança de vida, pois minimiza a fome e conseqüentemente melhora a autoestima delas. De acordo com as entrevistas realizadas, para as entrevistadas, o fato de não ter que pedir dinheiro emprestado para a família possui um significado importante. Sobre isso será mais detalhado no último capítulo deste trabalho.

²⁶Disponível em <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/migracao/noticias/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres>> acesso 18 de maio de 2015.

1.2 MOVIMENTO FEMINISTA E A INCLUSÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

São várias as perspectivas teóricas que se debruçam sobre os estudos de gênero, alguns autores dedicam a explicar esta categoria em vários campos. Esta parte do trabalho descreverá de forma sucinta a construção (trajetória) do Movimento Feminista²⁷ no Brasil e a necessidade de incluir mulheres nas agendas de políticas públicas.

As mulheres tiveram à frente de diversos momentos na história mundial pela luta por seus direitos. Contudo, como lutas individuais, não tiveram êxito ou não foram escritas nos anais da história tradicional. Aprenderam a se organizar e lutar por seus direitos. Como por exemplo, a luta pela cidadania e ao voto.

A historiografia destaca alguns momentos cruciais pela luta da mulher por reconhecimento. O primeiro momento é chamado de primeira onda feminista, atingiu sua plenitude no final do século XIX e início do século XX e a principal demanda era pelo direito ao voto e pelo acesso à educação. O segundo momento, emergiu a partir da década de 1960, e focou sua atuação no direito ao corpo. Segundo Joana Maria Pedro:

O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado²⁸ (PEDRO, 2005, p.77-98).

O feminismo atingiu mulheres e homens em diferentes lugares e as brasileiras e brasileiros não ficaram imunes a esses eventos. Ressalta-se nesse sentido o movimento feminista brasileiro recebeu influência dos movimentos norte americano e inglês, que discutiam a condição feminina e de sua exclusão do processo sócio-político.

Segundo Celi Pinto (2003), o primeiro momento do feminismo teve início no final do século XIX e adentrou as três primeiras décadas do século XX. Ainda, segundo a autora, no livro *Uma história do feminismo no Brasil*²⁹, observa-se importantes vertentes do movimento brasileiro: o feminismo bem comportado e o menos comportado.

²⁷ Compartilho da definição de Joana M^a Pedro. Entendo, como movimento feminista, as lutas que reconhecem as mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas.

O chamado de feminismo “bem-comportado” tem como questão a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, não apresentando como alteração das relações de gênero, mas um complemento para o bom andamento da sociedade. O movimento sufragista liderado por Bertha Lutz³⁰, “manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto” e os direitos das mulheres enquanto cidadãs (PINTO, 2010), definido pelo seu caráter conservador, discreto e “bem comportado”. Lutz representava os anseios das mulheres de classes médias, influentes e acadêmicas que lutavam por igualdade civil, direitos políticos e sociais com um discurso pacífico e reformista. A *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, fundada por Lutz, no ano de 1910, organizou um abaixo-assinado solicitando aprovação do projeto de Lei que dava direito ao voto às mulheres, somente alcançado seu objetivo anos depois, na década de 1930.

Em 1932, o novo código eleitoral incluiu o direito de votar e ser votada, mas somente em 1933 foi eleita a primeira deputada federal brasileira, Carlota Pereira de Queiróz para a Assembleia Constituinte. Em 1936, Bertha Lutz assumiu uma cadeira de deputada suplente. Em Santa Catarina, nesta mesma época, Antonieta de Barros, uma professora negra, foi eleita deputada estadual. Sendo, a primeira mulher negra eleita para a Assembleia Legislativa Estadual no Brasil.

Mas o Movimento feminista não ficou restrito a luta pelo direito de votar e ser votada. Havia nesse contexto, outras questões que as mulheres da classe média e alta não conseguiam abarcar, chamado por Pinto de “feminismo menos comportado”, centrado na imprensa alternativa que defendia a educação para as mulheres, e que falavam de temas polêmicos como sexualidade e divórcio (PINTO, 2003, p.15).

Ademais, havia a vertente, ligada ao movimento anarquista e ao Partido Comunista que conforme a autora:

[...] trata-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais que militante de esquerda que defendem a liberação da mulher de forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas³². Também era o menos comportado no período (PINTO, 2003, p 15).

³⁰Em 1919, Bertha Lutz (1894-1976), chega a São Paulo, recém-vinda de Paris, onde se formou em biologia na Universidade de Sorbonne. Foi uma das figuras mais significativa do feminismo, sendo uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

³¹ O voto feminino no Brasil ocorreu no ano 1932.

É o caso das operárias anarquistas, que por não se sentirem representadas por mulheres como Bertha Lutz e na falta de uma representatividade mais efetiva nos sindicatos, fez com que se organizassem para refletir sobre as condições de trabalho nas fábricas, assim promovendo novas demandas para as mulheres. O motivo pela qual se reuniram é por terem consciência da discriminação que sofriam em seus empregos com duras e longas jornadas de trabalho, desigualdade salarial entre elas e seus pares masculinos, etc. Esse grupo, composto por trabalhadoras pertencentes a uma classe baixa do extrato social, possuíam pouco estudo, trabalhando muito e ganhando pouco financeiramente, algumas com jornadas duplas (trabalho fora de casa mais as tarefas domésticas). Para as operárias, a desigualdade de sexo começava pelo acesso ao trabalho, por estarem submetidas a serviços inferiores e de baixos salários e não estavam mais dispostas a serem subalternas.

É necessário destacar que neste primeiro momento do feminismo Simone de Beauvoir lança seu livro “*O Segundo Sexo*”, que norteia a segunda onda do movimento feminista, no qual a autora afirma a célebre frase “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”, enfatizando com isso, que a categoria mulher é algo construído, moldado, enquanto a feminilidade é ignorada por uma sociedade marcada por decisões masculinas, com seu “caráter autoritário e patriarcal” (SARTI, 2004, p 39). Nessa fase, o que se questiona é a participação da mulher na sociedade, seu desejo de sentir-se verdadeiramente cidadã, e não ter um papel limitado que não vai além, da casa, educação e um emprego por vezes inferior sob a opressão sexista.

Após a década de 1930, o feminismo enfraquece, devido a mudanças ocorridas no cenário político nacional e volta a ser disseminado no início dos anos setenta, como um movimento pela “libertação”. Pedro (2008) alerta que o movimento não ficou esquecido na década de 1960, embora “não existisse um movimento organizado” (2008, p.62), era um período de pensar a situação feminina, ideias, discussões e os livros sobre a condição da mulher que estavam circulando, como, por exemplo, o lançamento do livro de Betty Friedman, *A Mística Feminina* em 1963 (NASCIMENTO, 2008, p.1543-1540) além dos estudos sobre a condição da mulher escritos por brasileiras, destaco *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, 2003 de HeleiethSafiotti

Premente salientar, o contexto político internacional na década de 60. Deste modo destaca-se: a Guerra do Vietnã, o movimento hippie, o Maio de 68 na França e a desilusão dos movimentos de esquerda. A invenção da pílula anticoncepcional teve grande

impacto social, pois poderia decidir quando deviam ser mãe, evitar a gravidez indesejada, sendo assim, “As mulheres passaram a ter em mãos, o controle sobre quando teriam filhos” (PEDRO, 2008, p.65). Contudo, o método não era acessível a todas, por questões financeiras, fazendo com que mulheres pobres tivessem um número maior de filhos. É preciso deixar claro que a quantidade de filhos nem sempre estava ligado à condição de ter o medicamento, muitas vezes, era por imposição religiosa ou cultural.

O Brasil passa por um período conturbado na política, em 1964 acontece o golpe civil-militar e tornando-se mais severo com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI5) decretado em 1968¹. Que concede poder ao presidente da república, fazendo com que tome decisões rigorosas com seus opositores políticos e com pessoas que não comungue de suas ideias. Logo se dissemina por todo o país manifestações contra esse governo ditatorial. Mas todas as manifestações são vistas pelas autoridades governamentais como perigosas e são reprimidas.

O segundo momento do feminismo brasileiro nasce no contexto da ditadura e traz consigo questões que antes eram discutidas no âmbito do privado, assuntos considerados tabus. Para alguns estudiosos e estudiosas o movimento feminista brasileiro emergiu na década de 1970, com a declaração da ONU ao estabelecer 1975 como o Ano Internacional da Mulher, embora já possuísse uma trajetória histórica. Contudo, como já declarava Pinto (2003), o feminismo no Brasil foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular.

Sarti (2004) argumenta, que o feminismo que militava nas ruas dando visibilidade a questões das mulheres no Brasil, “[...] começou, sobretudo como consequência da resistência das mulheres na ditadura (2004, p.37)”. A mulher se sentia “invisível” na história da sociedade não eram percebidas, sendo um período da não existência de direitos políticos dos cidadãos brasileiros, era preciso mobilizar-se para não perder o que já havia sido conquistado pelas antecessoras do movimento e mostrar que não estavam mais sujeitas à opressão e à dominação masculina.

As reivindicações do movimento feminista dos anos 1970 é diferente do movimento que o antecedeu. Sua luta é contra a subordinação feminina imposta pela sociedade e por conquistas de direitos civis. As militantes apresentavam-se corajosas, lutavam contra o que era uma norma social secular, o dever de submissão das mulheres aos homens. Pedro (2008) descreve da seguinte maneira o feminismo

³⁴Autorizava o Presidente da República: decretar recesso ao Congresso, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais; intervir nos estados, municípios e territórios; cassar mandatos por dez anos; decretar estado de sítio; decretar o confisco de bens.

A nova tendência do movimento feminista é mais ousada, trata de “questões sobre a sexualidade, pobreza e machismo, utilizam uma fraseologia” (PEDRO, 2008, p.60) que tenta explicar a subordinação da mulher. As atitudes do grupo são vistas como escandalosas, e radicais demais para algumas mulheres da época que não se identificavam com o feminismo.

Assim, como o feminismo do início do século XX inspirava-se no feminismo que teve início no exterior, o mesmo ocorreu com o feminismo revolucionário do segundo momento.

Conforme Joana Pedro (2008), algumas mulheres que após viverem fora do país, e tiveram conhecimento da pauta do feminismo no exterior, retornaram para o Brasil trazendo consigo ideias contra o patriarcado juntando-se a aquelas que aqui viviam e se inteiraram do assunto por meio de revistas e periódico, fundaram os grupos de consciência. A ideia desses grupos era de criar ramificações e espalhar-se pelo país propagando questões relacionadas ao direito ao corpo e de lutas contra o patriarcado. Os grupos eram compostos geralmente por mulheres da classe média e alta, algumas com formação acadêmica e com influência dos movimentos de esquerda. Elas pretendiam expandir seus espaços, não concordavam em ter uma vida de privações reclusas em suas casas.

O feminismo ganha dimensão pública mundial com o Congresso da ONU (Organizações das Nações Unidas) realizado em 1975 que declara como Ano internacional da Mulher, que possibilitou a institucionalização de grupos como “Brasil Mulher, Nós Mulheres e o Movimento Feminino pela Anistia” (SARTI, 2004, p.39).

No Brasil a retomada do movimento feminista ocorreu com um evento organizado pela ONU na cidade do Rio de Janeiro para comemorar o ano internacional da Mulher e a criação do Centro da Mulher Brasileira, órgão institucional responsável por articular os objetivos feministas, em 1975.

O movimento feminista da década de 1970 saiu do eixo das discussões binárias de diferenças sexuais e tratou outros assuntos relacionados à condição feminina. Para Sarti (2004), a partir do momento em que as mulheres começaram a ter atividades públicas, procurando organizar-se politicamente, suas questões estavam voltadas também ao trabalho, ao direito, à saúde e à desigualdade entre homens e mulheres. O feminismo agrupou em si diversos temas, uma das pautas das reivindicações são as políticas públicas relacionadas à “questão das mulheres”, uma solicitação do movimento que somente foi incorporado na agenda governamental e estabelecida na década de 1980.

Por muitos anos os direitos das mulheres foram ignorados, fazendo com que elas fossem vistas como inferiores, servindo somente para procriar e satisfazer a vontade

masculina. Elas deviam estar sempre ligadas a um homem, pois seu poder de decisão nunca era válido, tudo que referia a si era desprezado. Portanto, viu a necessidade de requerer políticas públicas que priorizassem questões femininas.

Com o fim da ditadura, em 1985, e o início da redemocratização boa parte do movimento entra em uma fase de transformação social por meio de políticas públicas para as mulheres e certifica-se de seu poder de decisão do Estado. Conforme Farah (2004) é na década de 1980 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vinculado ao Ministério da Justiça, a Delegacia de Polícia em Defesa da mulher. Os temas tratados eram variados: Violência, sexualidade, igualdade no casamento, direito a terra, a saúde materno infantil, luta contra o racismo e opções sexuais, tudo que se relaciona com a vivência “das mulheres”.

A violência doméstica que por muitos anos foi vista como uma “prática quase natural” da sociedade, sendo uma questão de família em que não se poderia intervir, passou a ser tratado em delegacias especializadas, o problema não foi resolvido, mas deu a mulher um suporte quando esta é vitimizada.

De início, as delegacias atendiam os casos femininos, depois passaram a tratar também a violência infanto-juvenil.

Pinto (2003) é enfática ao descrever que o ato sexual sem o consentimento das mulheres independente de ser branca ou negra, consiste em estupro. A mulher foi ensinada a seguir o padrão aceitável; de ser submissa e estava sujeita a qualquer tipo de violência caso não fosse obediente ou o esposo se sentisse desrespeitado, nestes casos o Estado não interferia. O homem tinha a legislação como aliada, caso cometesse um homicídio a esposa, argumentava que foi em defesa da honra e que houve traição por parte da companheira, para que ficasse isento do crime que cometeu. Sendo assim, poderia cometer atrocidades contra a mulher que este homem era resguardado pela lei conservadora. Antes da implantação das delegacias surgiram organizações que apoiavam a mulher vítima de violência, exemplo disso foi à criação no Rio de Janeiro do SOS MULHER. Contudo algumas mulheres desistiam de procurar a delegacia por receberem tratamento agressivo na esfera policial, além do medo do agressor, caso viesse saber que foi denunciado e retornar a agredí-la. No século XXI através de campanhas de violência contra a mulher e a promulgação da Lei Maria da Penha, foi possibilitado as mulheres que procurassem as delegacias relatando seus maus tratos por parte dos homens que compõem sua vida familiar.

Em relação à saúde, uma conquista do movimento de mulheres é o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) criado em 1983³⁵ que expandiu o serviço básico de saúde no território nacional, dada a ideia de atender à mulher em todas as suas fases de vida. O programa refere-se a doenças de transmissão sexual, doenças ginecológicas, aborto, a gestação indesejada, a infertilidade, planejamento familiar. Uma das preocupações do feminismo é que o planejamento de famílias não deveria ser uma “política discriminatória” as mulheres pobres (PINTO, 2003, p.83). A agenda de Estado foi ganhando novas características e ampliou com as demandas populacionais.

A autora ressalta que o aborto era uma preocupação de saúde e devia ser inserido na agenda de saúde pública, o método era recorrente as mulheres e acometia principalmente as pobres que recorriam ao procedimento como forma de controlar sua prole. E acabavam colocando em risco a própria saúde, algumas mulheres não imaginavam o perigo que estavam correndo ao fazer um aborto ilegal.

Sobre essa abordagem as palavras de Katia Souto (2008) são elucidadoras. Segundo ela o PAISM significou colocar em pauta, o que precisava ser abordado sobre a saúde da mulher em todos os ciclos de sua vida e não apenas no período da gravidez. Também significou o desenvolvimento de práticas educativas nos serviços de saúde que deveriam abordar os cuidados com o corpo numa perspectiva de fortalecimento da autonomia das mulheres, pois “O PAISM rompia com o modelo materno-infantil, onde a mulher era vista como produtora e reprodutora, sua condição de mãe, nutriz e cuidadora. A política era voltada para garantir o bem estar do recém-nascido e da criança (2008, p. 165)”. A mulher não era vista como um ser que precisava de cuidados, sua saúde se limitava ao período em que estava grávida. Para Souto, com a implantação do SUS o PAISM ganha dimensão, e amplia o enfoque a saúde feminina, e incluindo outras perspectivas de gênero e raça/etnia como ações a serem desenvolvidas.

A partir de 1995 com a Conferência em Cairo a saúde da mulher ganha visibilidade por parte do governo. Ainda conforme a autora, o ministério da saúde reconheceu

³⁵ Em anos anteriores existia o Programa Materno-Infantil ligado a mães e crianças até 5 anos- Baseado em cuidados primários; planejamento familiar, cuidados pré-natais, programa nacional de imunização, controle de diarreia, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento.

a necessidade de incluir na agenda “a diversidade da condição feminina, mulheres rurais, lésbicas, negras, portadoras de deficiência e outras (2008, p. 172)”.

Na área da saúde foi onde ocorreram os maiores avanços em relação à gravidez; acompanhamento na hora do parto, o bebê junto à mãe, prevenção de DST's (doenças sexualmente transmissíveis), cuidados para a terceira idade e outros. O serviço de saúde para as mulheres ainda está sendo construído, houve avanços, mas necessita de investimentos em diversos setores e um atendimento mais humanizado.

Farah (2004) analisa as políticas públicas a partir das perspectivas de gênero, e aponta que desde o ano de 1980 o movimento de mulheres e as entidades feministas contribuem para o planejamento de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres. Esta iniciativa procura beneficiar a mulher em vários sentidos, não somente no combate contra a violência, mas também na área da saúde, emprego e renda. E contribui para mudar o padrão da sociedade brasileira, sobre a dominação feminina, uma vez que elas possam ser ouvidas pelas instituições públicas e conquistem alguns direitos, adquirindo autonomia. O movimento feminista não está alheio à problemática da mulher, de seus problemas diários, mas o processo para a conquista é demorado.

Além disso, o Movimento feminista apresenta um conjunto de reivindicações relativas à questão da mulher, denominada Carta das Mulheres a Constituinte, grande parte das demandas foram incorporadas na constituição de 1988, e estabeleceu igualdade entre mulheres e homens. Garantindo importantes direitos às mulheres.

Nas últimas décadas do século XX e início do novo milênio, o feminismo da década de 1970 que tinha como propósito reivindicar igualdade entre os sexos viu suas ideias sendo incorporadas pela sociedade e por ONGs que passaram a atuar na defesa de problemas sociais de várias segmentações; mulheres negra, rurais, portadoras de HIV, prostitutas e tantas outras. Sendo, essa forma que o feminismo mais atuou nos anos de 1990, atuando junto as ONGs. Nesta mesma década as mulheres passam a conquistar mais visibilidade política no âmbito nacional passamos a vê-las com mais frequência em espaços políticos; vereadoras, senadoras, ministras e o posto de destaque a presidência de um país.

1.3 MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS POR MULHERES

Para Farah (2004), as mulheres como sujeitos políticos, mobilizaram-se para denunciar as desigualdades de classe gerada pelo sistema econômico capitalista. Por uma sociedade mais justa e democrática, aliaram-se aos movimentos populares para diminuir as diferenças sociais. Percebem que não só as mulheres precisavam de cuidados, mas todos os que estavam inseridos na exclusão social.

Os movimentos populares são algumas vezes organizados por mulheres que moram em comunidades pobres e conhecem bem as necessidades do local, objetivando o bem estar da população, não se mobilizando pela luta por igualdade entre os sexos, mas sim pela opressão social, miséria e injustiça social. Cansados do descaso das autoridades governamentais e sem ter quem os represente diante de suas demandas materiais, "elas mesmas buscam meios para reivindicar seus interesses" (SADER, 2001, p 150) frente a um governo autoritário.

Mulheres de classe baixa no estado de São Paulo no período de 1970 e 1980 insatisfeitas com o tratamento dado a classe social que pertenciam, mobilizam-se para lutar por melhorias na localidade onde moravam, um exemplo é o "clube de mães" que primeiramente eram reuniões para falar de problemas corriqueiros, mas onde as mulheres acabaram se mobilizando para reivindicar melhorias nas condições de vida para os habitantes dos bairros populares. No período ditatorial (1964-1985) o país passava por uma crise econômica, com uma inflação altíssima, elevando o custo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que tinham dificuldade de suprir suas necessidades básicas. Dependentes de um salário baixo, a maioria residia na periferia. Os moradores dessas regiões sofriam com a desatenção do poder público carecendo de benefícios básicos como, os serviços de infraestrutura falta de saneamento básico, transporte, luz elétrica, água encanada, etc. A falta de acesso a esses serviços acabavam refletindo na qualidade de vida dessa população. O serviço de saúde era precário e muitas vezes distante das periferias. É preciso lembrar que a implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) ocorre somente em 1990, e que poucas pessoas tinham acesso a esse serviço.

As militantes feministas aliaram-se aos movimentos populares para questionar as diferenças sociais, além de articularem-se, criaram vínculos que permitiam que as feministas tivessem contato com os problemas sociais vividos nos bairros populares. Além de permitir que as militantes feministas mudassem suas percepções sobre a sociedade em que viviam. A ideia que motivava ambos os movimentos era de promover bem estar social e juntos exigirem

que o Estado invista no capital humano das pessoas mais carentes. Segundo Sader (2001) as primeiras mobilizações populares não progrediram devido a ser um período de ditadura e ao governo ignorar as mobilizações ocorridas neste período. Mas a luta por seus direitos fez com as mulheres deixassem de perceber que os problemas dos bairros não eram naturais, mas de ordem social e para resolver era preciso colaboração do Governo.

1.4 FEMINISMO NEGRO

Estudar o feminismo negro é compreender uma vertente do feminismo que se conscientizou de suas particularidades de mulheres negras, estas não se enquadravam na categoria de mulheres e nem na categoria que compreende os negros. Estando as suas diferenças além do gênero homem e mulher. Como ressalta as autoras Romão, Farina e Meneghel;

a concepção pós-estruturalista superou a noção de papéis sociais femininos e masculinos e os esquemas binários que eles pressupõem, avançando para um entendimento que compreende gênero como constituinte de identidades, assim como classe, raça/etnia e que estão além da diferença biológica entre homens e mulheres, possibilitando o entendimento entre outros sujeitos sociais. (ROMÃO, FARINA E MENEGHEL, 2005, p. 568).

A partir da segunda metade dos anos 1980 emergem novos sujeitos reivindicando espaço político. Há um grupo de mulheres que não se sentiam incorporadas pelo discurso do movimento feminista, e que suas especificidades não são discutidas pelo grupo. Joana Pedro ressalta que “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma diferença dentro da diferença (2005, p.82)”, além de homossexuais, sem terras e outros. Portanto, devemos considerar que o termo mulher não abrange todas as diversidades de mulheres.

O movimento feminista que nasce no início da década de 1970, é um movimento que abrange uma “pluralidade de manifestações” (SARTI, 2004, p. 36). Na visão do movimento sua luta era para que todas as mulheres compartilhassem dos mesmos direitos e estavam sujeitas às mesmas opressões, sugerindo que todas tivessem as mesmas necessidades, passam pelas mesmas dificuldades e necessitam das mesmas coisas. Um dos propósitos do movimento era de discutir a condição da mulher no meio social. Em relação a isso as militantes negras teriam muitas coisas para debater sobre os problemas sociais que as oprimia; nem todas as reivindicações vinham de encontro com o pensamento “libertador” das outras feministas brancas. Suas experiências de vidas eram diferentes, o que era de interesse as mulheres negras poderia passar despercebidos às outras, um exemplo: o racismo.

É importante ressaltar que a desigualdade racial já vinha sendo dialogada desde 1931 pela Frente Negra Brasileira (FNB), uma organização de pessoas negras, cujas lutas baseavam-se na inclusão do negro na sociedade brasileira.

Da mesma maneira que no final dos anos 1960 e início de 1970, mulheres ligadas a partido ou movimentos que tinham homens, e não sentiram-se representadas e algumas vezes desrespeitadas, tomaram a decisão de sair do grupo. O mesmo ocorreu com as mulheres negras que perceberam que sua posição social não era a mesma vivida pelas feministas brancas e que suas peculiaridades não eram tratadas pelo grupo feminista e nem pelo Movimento Negro.

A descrição de Bebel Nepomuceno deixa claro o questionamento das mulheres negras que “participaram de patamares desiguais e no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam juntas nem no mesmo passo, em determinadas situações de nítidos privilégios para umas e exclusão para outras” (NEPOMUCENO, 2012 p.383). As mulheres negras e pobres não tiveram a experiência do privado de ter a presença masculina para protegê-las e assegurar o sustento do lar. Sobre essa dominação as palavras de Maria Odila Dias (1995) são elucidadoras, pois muitas delas já trabalhavam nas ruas vendendo, marcando seu lugar em lugares públicos ou em casa de famílias abastadas. Algumas dessas mulheres já eram chefes de família e viviam em seus lares sem a presença masculina, conheciam bem o artífice do trabalho e de meios de sobrevivência. A rua era seu “ganha pão”, trabalhavam no comércio precário de rua, como lavadeiras, carregadoras de potes com água e até mesmo na prostituição, essa era o modo de vida urbano para tais mulheres. Nesses espaços sociais poucas vezes presenciava-se senhoras de classe dominantes. Portanto, para mulheres negras não havia a necessidade de reivindicar presença em espaços públicos e trabalho, porque há muito anos já circulavam livremente por esses meios; improvisando seus papéis até onde era possível sua independência. Para o feminismo negro a questão a ser debatida era a discriminação de gênero, classe e raça e de sua inserção social, desde o pós-abolição as mulheres negras não foram vistas como cidadãs brasileiras. A falta de assistência a estas mulheres, fez com que o feminismo negro propusesse um novo olhar para o caso dessas mulheres. Estigmatizadas pela sociedade como inferiores, ignorantes e desqualificadas, sua imagem é associada a objeto sexual e útil para ser serviçal diferente da mulher branca; preparada para casar, cuidar do lar e ser ótimas gestoras. Conforme as palavras de Sonia Giacomini (1994), o papel atribuído às negras é o de sedutora, sem valor, sem família e disponível exclusivamente para o sexo. Inclusive,

A transformação da mulher negra em objeto sexual do macho branco é representada como o resultado de uma operação de sedução do segundo pela primeira, operação que seria, pura e simplesmente, resultado inevitável de atributos naturais da mulata. (GIACOMINI, 1994, p224)

Entretanto, essa mesma mulher que se tornou independente, desembaraçada e ocupou espaço público, mas não puderam por muitos motivos dedicarem a instrução, que acaba sendo um modo de inserção social. O grupo garantiu algumas conquistas marcando sua presença em espaços políticos.

Sueli Carneiro (2002) evidencia os problemas que mulheres negras tinham por combater. Para ela “[...] a luta das mulheres não depende só de combater a desigualdade gerada pela supremacia masculina, mas outras ideologias, como o racismo que constroem a inferioridade nos segmentos não brancos” (CARNEIRO, 2002, p.81). O fato de disseminar que no Brasil não há preconceito de raça, o mito da democracia racial acabou pondo em hierarquia a cor do grupo negro que se distingue de várias denominações para ser aceito no meio social, sendo que são poucas as pessoas que se reconhecem como negras.

O movimento de mulheres negras ao trazer para a cena política as reivindicações com as variáveis, gênero, raça e classe trazem questões conflituosas que são veladas pela sociedade; a violência racial, doenças étnico/raciais, crítica ao mecanismo de seleção de trabalho. Em 1995 ocorreram dois eventos importantes que consolidou o Feminismo Negro. O primeiro deles foi a Marcha Zumbi dos Palmares, onde a população negra lutava por democracia e justiça social, e na oportunidade foi entregue ao governo o documento denunciava as péssimas condições que vivem a população negra e cobrava ações governamentais para superar o racismo, que no caso do Brasil encontra-se incrustado no meio social.

Outro momento foi à participação na IV Conferência Mundial das Nações Unidas em Beijing, onde mulheres relataram as disparidades sociais. Conforme Carneiro (2002) foi produzido um documento em conjunto com o Instituto Mulheres Negras (GELEDÉS), dezesseis mulheres negras da América Latina, denominado *Propostas das Mulheres Negras Latinas Americanas e Caribenhas*, onde foi formulado um conjunto de ações que integram a questão racial no movimento de mulheres. Participaram também da terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia em Durban na África do Sul.

Conforme relata estudo realizado pelo IPEA, no Brasil houve uma redução de desigualdade social, mas é preciso refletir que ainda existem “padrões diferenciados, de.

participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras” (2013, p. 54). Um exemplo são as políticas de ações afirmativas, para negros, pobres e índios que no século XXI encontram-se ainda excluídos da sociedade, numa tentativa de diminuir as diferenças de classes. O movimento feminismo negro luta para estruturar este grupo por meio de políticas públicas.

Em um processo lento e gradual a luta das militantes negras vem ganhando espaço ainda que tímidos. A questão da diferença, por exemplo é um tema que vem sendo discutido desde a década de 1970, foi a partir da necessidade de alguns grupos discutir sobre o real significado de cidadania e sobre a igualdade social, nascida com a nova Constituição que se iniciou um processo de construção de políticas públicas para fazer valer direitos constitucionais no Brasil.

Neste sentido, as mulheres afro-brasileiras organizaram-se para mudar e continuam mudando seu rumo na história.

No capítulo a seguir será apresentado breve histórico dos aspectos demográficos econômicos e sociais do município de São José e aspecto do Programa Bolsa Família no município.

CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

O município de São José³⁶, localizado na grande Florianópolis é o quarto mais antigo de Santa Catarina, fundado no século XVIII por 182 casais açorianos, oriundos das Ilhas do Pico, Terceira, São Jorge, Faial, Graciosa e São Miguel, e recebeu em 1829, o primeiro núcleo de colonização alemã do Estado³⁷. O núcleo alemão era formado por 146 famílias com 523 indivíduos, provenientes do norte da Alemanha que estabeleceram residência na localidade de São Pedro de Alcântara (PIMENTA, 2006, p.38). Os escravos também fizeram parte da formação do município, conforme Gerlarch e Machado (2007), São José chegou a ser o terceiro município em números de escravos da província, totalizando 1.120 com 620 homens e 492 mulheres um número bem expressivo para a época, ficando atrás de Laguna, Lages e a Capital foi também pelas mãos destes escravos que a cidade foi construída. Farias (1999), ressalta que outras etnias fizeram parte do desenvolvimento sociocultural e político administrativo do município; italianos, espanhóis, franceses, árabes entre outros.

As informações disponíveis no site da prefeitura de São José³⁸ descrevem que devido ao aumento da população, e do rápido desenvolvimento econômico, o presidente da Província, Feliciano Nunes Pires reconheceu a importância do povoado elevando de frequência a vila no dia 1º de março de 1833 e passa a categoria de cidade, através da lei Provincial nº 415 em 3 de maio de 1856.

Conforme Finger (2008), apud Lei Ordinária 3514/2000 de 05/06/2000³⁹, o município está subdividido em três distritos: Sede, Campinas e Barreiros. O distrito Sede abrange os bairros: Bairro Centro, Bairro Praia Comprida, Bairro São Luiz, Bairro Roçado, Bairro Bosque das Mansões, Bairro Ponta de Baixo, Bairro Fazenda Santo Antônio, Bairro Forquilha, Bairro Flor de Nápolis, Bairro Picadas do Sul, Bairro Distrito Industrial, Bairro Potecas, Bairro Forquilhas, Bairro Sertão do Maruim e Bairro Colônia Santana. O distrito de Barreiros reúne os Bairros: Bairro Serraria, Bairro Jardim Santiago, Bairro Areias, Bairro Ipiranga, Bairro Real Parque, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, Bairro Pedregal, Bairro Barreiros, Bairro Nossa Senhora do Rosário e Bairro Bela Vista. O distrito de Campinas engloba os bairros; Campinas e Kobrasol.

³⁶A cidade faz divisa à (Leste) com Florianópolis, ao (Norte) limita com o município de Biguaçu, ao (Sul) com Palhoça, ao (Oeste) se limita com os municípios de São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos.

³⁷Disponível em <http://www.pmsj.sc.gov.br/cidade/rttp://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saojose.pdf> acesso 20 de abril de 2014.

³⁸Disponível em <http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/historia> acesso 22 de junho de 2015.

³⁹Câmara Municipal de São José. Estabelece os limites intermunicipais, define os limites entre os distritos e suas áreas urbanas e define os bairros com seus limites. 2000

Dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), censo de 2010, aponta que São José possuía 209.804 habitantes em uma extensão territorial de 152,387Km², ou seja, densidade demográfica de 1.376, 78 habitantes por Km², para o ano de 2014, calculava-se 228.561 habitantes, um crescimento de 8,97%. Sendo o quarto mais populoso do estado de Santa Catarina. A distribuição populacional segundo o mesmo censo aponta um total de 2.495 pessoas residentes na zona rural e 207.312 pessoas residentes na área urbana, a distribuição por sexo; os homens representam 48,3% e as mulheres 51,7% da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH-M)⁴⁰, medida composta de indicadores em três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O IDHM de São José foi de 0,809 em 2010, ficando em 4º lugar no ranking do desenvolvimento do estado de Santa Catarina e o 21º do país. O produto interno bruto (PIB) per capita é de 26.796, 84 reais.

De acordo com a mesma autora com base nas informações disponíveis pela prefeitura⁴¹ no aspecto econômico o município fundamenta-se no comércio, indústria, atividades de prestação de serviço, mantém ainda a pesca artesanal, maricultura e agropecuária. Possui mais de 1.200 indústrias, 6.300 estabelecimentos comerciais, 4.800 empresas prestadoras de serviços, e 5.300 autônomos. Grande parte de seu parque industrial situa-se nas margens da BR 101.

A População Economicamente Ativa (PEA) é um total de 112.074, estatisticamente, calcula-se que seja apto para o trabalho pessoas a partir dos 10 anos de idade, apesar de que no Brasil o trabalho infantil ser proibido. O artigo 403 da Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, proíbe qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Entretanto sabemos que existe exploração infantil no país, segundo o (PNAD) de 2013, ainda são 3,1 milhões de trabalhadores entre cinco e dezessete anos no Brasil.

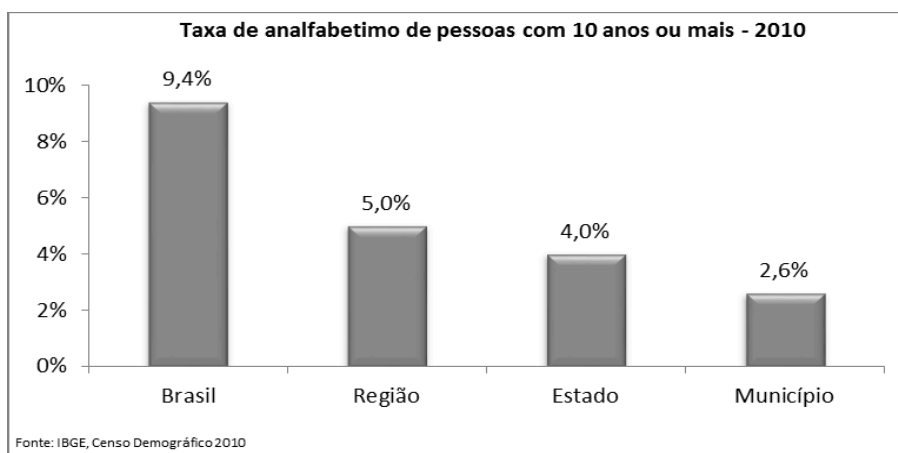
Na área da saúde São José, conta 102 estabelecimento de saúde, sendo 33 pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atualmente possui 18 unidades básicas de saúde (UBS), duas

⁴⁰O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede a qualidade de vida de um lugar é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. É considerado muito baixo de 0 a 0,499, baixo de 0 a 0,599, médio de 0,6 a 0,699, alto de 0,7 a 0,799 e muito alto 0,8 a 1. Disponível <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> acesso 15 de out de 2014.

⁴¹ Disponível em <http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/sao-jose-em-dados> acesso 22 de jun de 2015.

policlínicas, uma não está em uso, 2 SAMUS, e um Centro de Atenção Psicossocial (CAPSII) para saúde mental e o CAPSAD para tratar alcoólatras e drogados, e um centro de vigilância de saúde, sanitária e epidemiológica⁴², um laboratório municipal e farmácia popular (SÃO JOSÉ,2014), e um hospital. A secretaria de saúde possui o Programa São José Criança que garante o atendimento qualitativo e quantitativo de crianças de 0 a 5 anos.

Com relação ao campo educacional o município possui 24 escolas municipais, uma universidade, uma escola ambiental, uma escola do Mar, 32 centros de Educação Infantil (CEIs) e escolas profissionalizantes, mantida por ele. Além de instituições particulares, sistemas de ensino estadual e federal. A partir de informações do IBGE, a taxa de analfabetismo é mínima chegando à 2,6% é menor que a taxa do Estado e bem abaixo da taxa do país, que é de 9,3. Entretanto, é necessário melhorias para chegar a um nível de educação desejável. Observa-se através de dados do Ministério da educação e cultura (MEC) que São José tem mostrado um bom rendimento escolar.



Fonte: IBGE censo Demográfico 2010 apud Diagnóstico sócio territorial (MDS)

Disponível em

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades> Acesso 22 de junho de 2015.

Conforme o relatório do Diagnóstico Sócio- territorial do (MDS, 2014), o índice de aprovação do ensino fundamental em 2013 é de 80% a 92%, O índice de distorção idade-série, no mesmo período é de 13% a 21%, (Brasil, 2014).⁴³ A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental municipal foi maior que a do estado e menor que a do Brasil. enquanto de reprovação é 6,9% à 17%. Já o índice de abandono escolar destes alunos está entre 0,3% e

⁴² Disponível http://saude.pmsj.sc.gov.br/?page_id=31 acesso 15 de out de 2014.

⁴³ Disponível http://www.todospelaeducacao.org.br/index.php?option=indicador_localidade&task=main acesso 09 de março de 2014.

22%. Com relação ao ensino médio a taxa de abandono 5,1 %, aprovação 81,3%, reprovação 13,6%, distorção série – idade 16,4% A taxa de distorção idade-série no ensino médio do município foi menor que a taxa do Brasil, menor que a da região e menor que a do estado.

Com estratégia de promover educação em tempo integral, o município aderiu ao Programa Mais Educação⁴⁴, em 2013, fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 22 escolas do ensino fundamental, sendo com mais da metade dos seus alunos e alunas no Programa Bolsa Família.

É preciso salientar que o governo federal repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação, transporte dos monitores, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços e aquisição de kits pedagógicos (MDS, 2014). Por outro lado, a educação em tempo integral é visto como um subterfúgio para superar a extrema pobreza.

2.1 INCIDÊNCIA DE POBREZA NO MUNICÍPIO

São José possui um IDH-M elevado 0,809 este índice é utilizado para caracterizar a qualidade de vida da população. Segundo as Nações Unidas⁴⁵ o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Como há múltiplos indicadores de pobreza, será “analisado não só a insuficiência de renda como também o acesso a serviços públicos como forma de reconhecer a pobreza para além da renda”. (SILVA, 2009 p. 112)

A desigualdade social em geral está atrelada à industrialização, e seu processo não foi diferente em São José. Considerando que a população é predominantemente urbana, já podemos começar a destacar com isso, que a cidade de São José, como praticamente todas as cidades brasileiras de médio porte, devido ao crescimento sem um planejamento, passam por problemas de infraestrutura, saneamento básico, de habitação e outros.

Com seu significativo desenvolvimento econômico e muito próximo da capital catarinense, São José atraiu pessoas de várias partes. Segundo Farias (1999) a partir da década de 1960 ocorreu forte migração a procura de oferta de trabalho e melhor condição de vida. No final século XX, houve um aumento significativo, principalmente a população do oeste, meio

⁴⁴Programa que ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso as escolas onde mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família são prioridade para integrar o Mais Educação.

⁴⁵ Disponível em http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM acesso 24 de maio de 2015.

oeste catarinense e de outras regiões do Brasil. A população vinha para trabalhar em Florianópolis e morar no município. Com a valorização de terras em Florianópolis, algumas famílias de baixa renda optavam por adquirir lotes em São José, devido a poucas áreas valorizadas comparado com a especulação imobiliária da capital. Além desses, há outros indicadores que contribuíram para a urbanização joesense. A explosão urbana de Florianópolis, a construção da BR101, a ligação do município com norte, sul, oeste do Estado e outras regiões brasileiras, a criação da Universidade Federal de Santa Catarina e o crescente turismo da capital.

Com o aumento da população, foi preciso ampliar a rede de distribuição de produtos e serviços, nesse sentido foi necessário gerar emprego aumentando a presença de indústrias e São José transforma-se em polo industrial.

Ainda de acordo com Farias, “O município se transforma no maior aglomerado urbano de Santa Catarina por metro quadrado de terra, com 1.317 hab./km² (1999, p.113)”. Conseqüentemente surge o crescimento desordenado em áreas desvalorizadas, que acaba por constituir bolsões de pobreza.

É preciso considerar que cidades que ofertam oportunidade de trabalho, acabam por induzir a migração. A “questão” como se refere Miranda (2001) reside nos pobres ou miseráveis, que saem da cidade pequena com pouco recurso financeiro para se inserir em localidades centrais, e acabam tendo como alternativa as áreas periféricas.

Segundo Rubia (2003), dependendo do valor imobiliário dos terrenos e das condições financeiras da população, foram sendo habitados os bairros que ficavam distantes do centro da cidade, concentrando assim, famílias de baixa renda. De acordo com Plano Municipal de Habitação de Interesse Social⁴⁶ do município, São José possui 23 (vinte e três) áreas, consideradas carentes e de ocupação irregular, com 3.503 edificações e uma população estimada de 14.012 habitantes, que representa 6,68% da população total do município. A população carente reside nas seguintes localidades: Vila Boa Esperança, Santos Dumont, “Distrito Industrial”, União da Vitória, Morro do Avaí (próx. escola nova), Divisa Flor de Nápolis/Forquilha, Pedregal, Mariquita, Morro do Avaí (próx. escola velha), Renascer, Vista Alegre, Jardim Solemar, Parque Residencial Potecas, José Nitro, Morar Bem e Boa Vista, Morro Fazenda Santo Antônio, “Ipiranga” Cova da Onça (Santos Saraiva), Jardim das

⁴⁶Disponível

em http://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Relatorio_registro_estrategia_de_acao.pdf acesso 22 de junho de 2015.

Palmeiras, Vila Formosa, Metropolitano e Dona Vanda, “Colônia Santana”, Macedo, Benjamin. Essas localidades são consideradas “Bolsões de pobreza”.

A impossibilidade de construir casas de qualidade gera provisão e acabam por construir habitações precárias os ditos “barracos”. A localização onde crescem essas habitações extremamente precárias construídas geralmente em loteamentos clandestinos, áreas públicas, privadas, encostas, e devido suas características ficam conhecidas como favelas. Por serem áreas de invasão a maioria das terras não possuem titularidade, seu desenho constitui-se por vielas, becos ou escadarias. Diante disso, a falta de acesso a serviços públicos básicos que é fundamental para a qualidade de vida da população, como o saneamento básico (rede coletora de esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, eletricidade entre outros) são serviços precários nestas localidades.

De acordo com as informações disponíveis pelo MDS (2014) o município apresenta um quadro evolutivo no século XXI, o censo demográfico de 2010 mostrou que o fornecimento de energia elétrica está presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atende 99,8% das residências. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso está em 97,6% dos domicílios particulares permanentes e 94,4% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Mesmo com um elevado IDH-M(Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) o município não erradicou por total a pobreza, para o ministério do desenvolvimento social e combate a fome as famílias que possuem renda *percapta* de 70 são considerados extremamente pobres e renda *percapta* de 140, pobre, neste sentido o município mostra que vem reduzindo progressivamente a pobreza.

Conforme estatísticas do IBGE, São José apresenta 425 moradas em ocupações subnormais⁴⁷ ou seja comunidades pobres e apresenta uma taxa de extrema pobreza de 0,7%, bem abaixo do percentual do estado catarinense. Há que se considerar que é um número bastante reduzido para a quantidade de favelas existente em São José, como descrito anteriormente. Conforme dados municipais do MDS em 2010, dos 209.804 habitantes, 1.413 pessoas encontravam-se em situação de extrema pobreza. Para tanto, é preciso fazer com que as políticas públicas estejam ao alcance de todos os públicos, esse é um objetivo que deseja ser alcançado pelo Estado e pela sociedade brasileira. O desafio é construir uma sociedade justa, em que prevaleçam os direitos universais, em que todo indivíduo tenha acesso aos meios básicos de sobrevivência humana.

⁴⁷ É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO JOSÉ

O governo brasileiro criou o Programa Bolsa Família com o intuito de combater a fome e reduzir a desigualdade social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Como já descrito anteriormente o município josefense não está livre desses problemas.

O MDS (2014), decretou que os municípios parceiros no Bolsa Escola e Bolsa Alimentação deveriam aderir ao Bolsa Família em 2004.

Conforme Finger (2008), as famílias cadastradas no CadÚnico que atendiam o critério de elegibilidade do Bolsa Família, passaram a receber o benefício, mesmo sem a adesão formal do município ao programa, que oficializou em 2005.

Em 27 de outubro de 2005, foi assinado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Souza, o Termo de Adesão nº. 2609 (ANEXO A), do município ao PBF e ao CadÚnico, atendendo aos requisitos previstos na Portaria MDS nº 246/2005². A partir da publicação dessa portaria os municípios tinham cento e vinte dias para aderirem ao Programa e expandir o número de beneficiários. Com a adesão ao programa o município tinha que definir as áreas responsáveis pela gestão, “o programa deveria ser coordenado pela Secretaria de Assistência Social municípios e a responsabilidade de fiscalização deveria ficar sob a responsabilidade dos Conselhos Municipais de Assistência Social” (SÃO JOSE, 2009, p. 6).

Fica ao encargo da prefeitura designar um gestor, que deve orientar as famílias às ações complementares⁴⁸, para superar a desigualdade social. Acrescenta-se também as prefeituras a responsabilidade pelo cadastramento das famílias, acompanhamento das condicionalidades e pela atualização de dados, cabe a ela também identificar e cadastrar as famílias em situação de pobreza e incluí-las no cadastro federal, se a família atender ao critério do PBF, ela passa a receber o benefício. É o caso das mulheres entrevistadas para esse trabalho, pessoas pobres que tinham uma renda mínima de até R\$ 140,00 e não conseguiam assegurar as necessidades básicas, sendo este o perfil do Programa.

A concessão é feita exclusivamente pelo Governo federal. Conforme relatório (2009) disponível pela coordenadoria do PBF do município, muitos foram os entraves que surgiram na transição do Programa Bolsa Escola para o Bolsa Família, quando este passou a

⁴⁸ No sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da Rede de Proteção Social, melhorias das condições de habitação, saneamento, geração de emprego e renda, entre outros, para as famílias inscritas no PBF e que estão em situação de maior vulnerabilidade.

ser responsabilidade da Secretaria de Assistência Social. Com a adesão do BF altera a forma de preencher o cadastro para receber o benefício. As informações do Cadastro Bolsa Escola (CadBes) eram bem reduzidas, pois o programa visava à criança e não a família. Para tanto bastava o responsável apresentar um documento legal, o comprovante de matrícula, comprovante de renda da família e o endereço. Com o novo programa o preenchimento dos dados do CadÚnico é mais detalhado e precisa da informação socioeconômica de todos membros da família e documento de todos.

Ainda conforme relatório da coordenação, os primeiros cadastramentos ocorreram nas escolas e alguns dados obrigatórios não eram preenchidos ou geravam multiplicidades cadastrais.

O município passou a utilizar o CadÚnico, iniciando o processo de recadastramento das famílias que haviam preenchido o CadBes. Os dados das famílias cadastradas foram incorporados à base do CadÚnico. Além disso, a antiga coordenadoria que era Secretaria de educação repassou todos os cadastros que estavam sob sua guarda e mais os que se encontravam nas escolas, e todos teriam que ser digitados.

Jaimor Wesendodnk (2008) relata em seu trabalho as dificuldades encontradas pela coordenação para cadastrar e recadastrar as famílias acrescenta-se isso, o MDS, exige que atualize todos os cadastros em um curto prazo de dois meses. Porém, a equipe do BF no município que era composta de dois funcionários não habilitados para a função, pois não houve treinamento de como trabalhar com o cadastro do governo federal, o que, logo, dificultava a operacionalização do processo. Devido a isso foi solicitado, a colaboração da Secretaria da ação social para disponibilizar funcionários e a Secretaria de Educação que enviou um técnico habilitado para ajudar e ensinar a equipe a trabalhar com o sistema.

Para sanar os erros de preenchimentos do CadÚnico, realizou-se um curso de aprimoramento com diretores de escolas públicas e mais um funcionário que ficaria responsável pelo cadastro e mais os chefes de postos de saúde. Com o intuito de reduzir supostas fraudes do uso indevido do dinheiro em relação aos benefícios, foi disponível à comunidade um número de telefone para denuncia: 156. Diante de várias irregularidades percebeu-se que não só falta de qualificação dos funcionários, como o sistema do CadÚnico apresentava problemas, pois não reconhecia o nome do beneficiário quando era preciso fazer a filtragem para saber se já possuía cadastro. Diante disto fez-se um levantamento minucioso

e verificou que havia famílias que estavam recebendo recursos financeiros do Bolsa Escola e do Bolsa Família ou recebendo o mesmo benefício em duplicidade⁴⁹.

Entretanto percebeu-se que os erros financeiros não ocorriam por má intensão dos funcionários e ou das famílias, e esse erro não era um caso isolado estava ocorrendo em outras cidades. Diante disso percebe-se que o CadÚnico não era um sistema seguro com as informações pessoais das famílias mostrando-se ineficiente. Após o ajuste no sistema para manter a veracidade das informações é informado às pessoas de suas responsabilidades com a verdade.

Para essa explicação Rosani Cunha (2009), esclarece do mesmo modo: “Depois de feito o cadastro essas informações são repassadas ao governo que analisa a veracidade do cadastro. Para cada pessoa é gerado um NIS, que facilita identificar o responsável pela família, e evita a multiplicidade cadastral.” (2009, p.1).

Para atualizar os dados corretamente, além da capacitação dos funcionários, a equipe realizou o cadastramento em dois locais distintos ficando um mês em cada local. A estratégia foi usada para atualizar o máximo possível de cadastros de beneficiários, para tanto, a prefeitura investiu em uma campanha para atingir o público alvo.

A mobilização para chamar as famílias ao recadastramento foi feita através de panfletos, cartazes, informativos que foram enviados às famílias, além de serem distribuídos em bares, mercados e pontos estratégicos de fácil visualização pela comunidade. A Secretaria de Obras disponibilizou um veículo com som e a Secretaria de Cultura produziu um CD chamando as famílias para fazerem o recadastramento, o carro circulou na comunidade durante todo o período; além de propaganda na mídia falada e escrita. (SÃO JOSE, 2009.p 10)

Durante as chamadas para comparecimento do público nos locais respectivos para atualização já solicitava que apresentassem com os documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho e se esta estivesse assinada tinha que apresentar o último contracheque, comprovante de residência(água/luz).

Para que surtisse efeito o propósito da campanha, foi suspenso a inserção de novos usuários do Programa. Diante do exposto, o governo federal para estimular o preenchimento corretos do questionário do CadÚnico, passou a transferir à prefeitura recursos financeiros por cada questionário preenchido corretamente.

⁴⁹ Como não era possível filtrar os demais componentes da família, identificou-se que as crianças estavam em mais de um cadastro, pois ora a mãe o fazia, ora o pai, ora os avós, gerando duplicidade cadastral e de benefício.

Com o intuito, de localizar as pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade, o governo federal lança uma campanha nacional denominada “Bolsa Família Chama” a expectativa do MDS é que um grande número de famílias procure as prefeituras e coordenações municipais para atualizarem dados ou se cadastrarem (MDS, 2005)⁵⁰, também, amplia o prazo de recadastramento para dezembro.

Diante dessa decisão e para facilitar o trabalho a coordenação do Programa passou a concentrar o trabalho somente na Secretaria de Ação Social. As famílias que estavam com os dados incorretos e não compareceram para atualização tiveram seus benefícios bloqueados.

Outra ação foi à realização de visitas domiciliares, contando apenas com uma assistente social no programa para realizá-las, o que tornou o processo moroso.

Para dar mais autonomia aos municípios, em novembro, através da Portaria nº 555 de 11 de novembro de 2005, foi concebida a possibilidade dos gestores municipais poderem bloquear, desbloquear e cancelar os benefícios. Esta atribuição, anteriormente, era exclusiva do SENARC e do Ministério do Desenvolvimento Social. Essa portaria é importante para fortalecer a gestão entre os entes federados em especial os municípios. Para garantir a qualidade e o empenho das coordenadorias para um bom andamento do Programa Bolsa Família, e se a gestão local está empenhada a atender a exigência do MDS que é de cadastrar as famílias pobres para que elas saiam da linha da pobreza. O MDS fiscaliza por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), através deste sistema é possível constatar as informações do CadÚnico, a atualização cadastral que ocorre a cada dois anos, acompanhamento das famílias na área da saúde e as frequências escolares.

É com base no IGD que são calculados os repasses mensais aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Quanto melhor for essa gestão, maior será o IGD. E, quanto maior o IGD, mais recursos o município receberá.

Alguns problemas continuaram no ano seguinte, procurando resolver o problema novas capacitações foram feitas, ainda era preciso localizar algumas famílias para explicar a importância das condicionalidades. Precisamente no ano de 2007 é que foi possível concluir o banco de dados, excluindo os formulários que haviam acumulado da gestão anterior e por causa da campanha.

⁵⁰ Disponível em http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia_edicao20.htm acesso 20 de janeiro de 2014.

Com análise no painel de acompanhamento do PBF, disponível pelo MDS (2013) no ano em que o município aderiu ao Programa, constava cadastrada 2.711 famílias recebendo o benefício, no ano de 2013⁵² eram 2.901 famílias. Sendo que a estimativa de famílias com o perfil para receber o Programa com base no censo 2010 é de 3.805 pobres residentes no município. Portanto não é toda pessoa pobre que pode ser um beneficiário, todos os municípios brasileiros tem um limite de pessoas a cadastrar. Devido a isso, algumas famílias preenchem o cadastro, tem perfil, mas não recebem o benefício.

Não é o caso de São José. Observa-se que a quantidade de famílias já beneficiadas está abaixo do indicado pelo Ministério. Mas, existem outros motivos em que as famílias ficam sujeitas a não participar do Programa. Ocorre no seguinte caso, quando algum membro não possui documento de registro; certidão de nascimento ou documento de identidade fica inviável ao sistema do MDS de gerar um NIS (Numero Nacional de Identificação Social) ⁵³, portanto não é liberado o benefício, até que se tenham documentos de todos os familiares.

Com referência baseada nas estatísticas, no município, 90,92% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. Na área da saúde, o acompanhamento chega a 52,24 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até sete anos ou com gestantes. Quando um dos órgãos responsáveis pelas condicionalidades escolas e postos de saúde estão abaixo da média nacional para alcançar o patamar desejado é preciso que as secretarias de educação, saúde e assistência social se articulem para verificar o que ocorre com essas famílias que acabam descumprindo as condicionalidades.

Conforme conversa com a coordenadora do Programa Bolsa Família de São José Maria Aparecida, no dia 10 de abril de 2015, o município conta com duas assistentes sociais, sendo uma delas a coordenadora do programa local, a outra é responsável por atender e fiscalizar as famílias para que não haja descumprimento das condicionalidades, procurando localizar os beneficiários e auxiliá-los para que o benefício não seja bloqueado ou até mesmo suspenso e para saber se a pessoa está trabalhando de carteira assinada.

⁵² Período de delimitação da pesquisa. Ano em que o Programa completou 10 anos.

⁵³ Uma das condições para liberar o pagamento do BF. É um número de cadastro atribuído pela Caixa Econômica Federal às pessoas que serão beneficiadas por algum projeto social e ainda não possuem cadastro no PIS (Programa de Integração Social).

Conforme a coordenadora, o cadastramento da população ocorria nos CRAs e com agendamento prévio, onde o colaborador realizava a entrevista para saber se a pessoa possui o perfil de beneficiário do Programa e preenche o formulário do CadÚnico. Segundo ela, ainda a coordenadora do Programa Bolsa Família, São José possui três CRAs, e três colaboradores, portanto devia ficar um colaborador em cada centro. Mas devido à gestão política um dos colaboradores é permanente em um bairro onde a demanda pelo pedido do Programa é baixo e não possui um CRAs, seguindo as exigências do órgão federal. Sendo assim, os outros dois ficam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREA), onde recebem uma quantidade significativa de pessoas por dia, por localizar-se mais próximo das áreas periféricas da cidade que concentra um número elevado de pessoas.

As principais informações solicitadas no momento do preenchimento do cadastro são: número de cômodos, tipo de construção, se possui infraestrutura básica: tratamento de água, esgoto, coleta de lixo. Composição familiar; número de membros, existência de gestante e idoso, mães amamentando, deficiente físico; Qualificação escolar dos membros da família; Qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimentos; Despesas da família, aluguel, transporte, alimentação e outros.

Após a campanha nacional, quando o responsável pela família se apresenta para solicitar o benefício ela ou ele devem apresentar os originais e cópias da certidão de nascimento, certidão de casamento, carteira de trabalho, carteira de identidade, CPF, comprovante de residência (água/luz), comprovante de renda e, caso já possua, também deve informar o NIS se tiver. A partir da portaria nº 177/2011, as famílias devem atualizar os dados a cada dois anos, convém ressaltar que é emitido um aviso pelo extrato bancário quando vão sacar o dinheiro do benefício, com até seis meses de antecedência do recadastramento.

Não foi possível saber dados quantitativos do Programa Bolsa Família em São José, por não ter acesso ao sistema do CadÚnico, intencionando dar mais consistência ao trabalho. Além disso, não se obteve informação para saber se dentre os cadastrados quantos desses seriam do sexo masculino e feminino e saber quantos eram negros, brancos, pardos e indígenas, estariam cadastrados. O que se pode afirmar segundo resultado de estudo realizado pelo MDS (2013). É que maioria dos beneficiários do Brasil são mulheres prevalecendo às negras (pardas e pretas). Conclui-se que no município a maioria sejam mulheres por ser uma exigência do órgão federal que priorize a mulher como titular, devido sua atenção especial com a família, conforme pode-se constatar no primeiro capítulo.

Conforme informações disponibilizadas pelo site do MDS sobre o município verificou que no ano de 2013 o cadastro único apresentava 8.204 famílias cadastradas, sendo, 2.039 com renda per capita familiar até R\$70,00, 4.645 com renda per capita até R\$140,00 e 6.888 com renda per capita até meio salário mínimo. Podemos classificar da seguinte maneira conforme etnia/raça. Do total da população em extrema pobreza do município, 1.093 (77,4%) se classificaram como brancos e 320 (22,6%) como negros, dentre estes últimos, 91 (6,4%) se declararam pretos e 229 (16,2%) pardos, os amarelos e indígenas não foram contabilizado pelo ministério.

Salienta-se ainda que no município, há entre grupos populacionais os “específicos”: como famílias indígenas, famílias em situação de rua, pescadores artesanais, assentadas da reforma agrária, acampadas, com pessoa presa ao sistema carcerário, catadores de material reciclável. A assistente social na visita feita a coordenação que ocorreu no dia 10 de abril de 2015 relatou que uma grande parcela que solicita o benefício não é natural de São José são pessoas de naturais de outras cidades e que moram no município há mais de cinco anos. São esses os perfis das famílias que se encontram cadastradas no sistema do governo como moradores de São José e que recebem o Bolsa Família.

2.3 MULHERES EM NÚMEROS

A população de São José é bem diversificada, várias etnias contribuíram para a construção sociocultural do município. Conforme Silva (1999), não só açorianos alemães e negros contribuíram para os valores socioculturais e político-administrativos de São José, bem como, italianos, espanhóis, árabes, franceses e outros. O Sul e Sudeste do Brasil foram onde ocorreu maior impacto da grande imigração europeia, que se declarava branca. O que comprova os dados do IBGE- 2010⁵⁴ com uma população de 209.561 habitantes aponta a predominância de pessoas brancas com 176.987, considerando a fundação que se deu por imigrantes europeus, sendo os que se autodeclararam negros é de 31,602 pessoas.

⁵⁴Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421660&idtema=67&search=santa-catarina-sao-joselcenso-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios-> aceso 28 de março de 2015.

Assim como em nível nacional houve um aumento da população de negros de 2000 para 2010, no município o aumento foi de 15,06%. Ainda que seja um pequeno número São José é uma das cidades da região metropolitana com os maiores números de pessoas negras.

Analisando a classificação de gênero binário, observa-se que a distribuição de mulheres é 108.412 para 101.392 homens o que deixa claro que o crescimento entre mulheres é maior do que homens. E elas contribuem com 41% do seu rendimento no orçamento familiar que pode estar relacionado com o aumento de famílias chefiadas por mulheres no município o percentual é de 89,7% de mulheres sem companheiros que são responsáveis pela família no caso, os filhos. Esta última informação aponta para uma realidade vivida por uma das entrevistadas, que mora sozinha com seus filhos, ela é chefe da família e contribui com todo o seu salário para manter as necessidades do lar.

Em relação às mulheres com base de dados do Censo 2010, uma vez que apresentam informações sobre elas. São 883 mulheres negras que moram nas favelas ou bairros precários, e 808 mulheres brancas, sendo que os domicílios que expressam carência de serviço de infraestrutura são aqueles em que o responsável é negro, um fato interessante é que o rendimento médio mensal das pessoas que moram em periferias de acordo com o IBGE é de R\$560,00 para as mulheres e de R\$ 800,00 aos homens. A diferença salarial das mulheres é de 62,7% em relação aos homens. Em níveis educacionais o município apresenta 21.833 homens que frequentam as escolas e 22.703 mulheres na educação homens e mulheres se aproximam é preciso levar em conta que o IBGE considerou a instrução a partir de 10 anos de idade. O total de mulheres analfabetas com 15 anos ou mais foi de 2.498 uma quantidade elevada quando se compara aos de homens a partir de 15 anos analfabetos naquele ano foi de 1.775.

Percebe-se que essas mulheres pobres não possuem qualidade de vida, pois nota-se que os dados citados não condizem com o IDH-M do município que é bastante elevado os índices se mostram contrários, principalmente na renda e educação.

A baixa escolaridade entre as mulheres podem ser confirmadas, com a entrevista de Cristina que não completou o ensino fundamental estudando até o terceiro ano do ensino básico, portanto é considerada uma analfabeta. Conforme aponta o IBGE “os analfabetos funcionais são pessoas que possuem menos de quatro anos de estudo”. (RUBIA DOS SANTOS, 2003, p.123). No ensino superior a quantidade de mulheres é de aproximadamente 8% menor do que a de homens, segundo as estatísticas as mulheres negras chegam a representar 5% do total de alunos. Foi importante mostrar em números as disparidades sociais das mulheres josefenses,

para tanto não foi possível levantar dados somente de mulheres negras por não haver informações desse perfil de mulher, mas sempre que houve oportunidade foi especificado sua distinção entre as demais categorias.

No capítulo a seguir, serão analisadas as condições de vida das mulheres negras no Brasil, ampliando a análise para as narrativas de mulheres negras residentes em São José, que sob seus pontos de vista descreveram o significado do Programa Bolsa Famílias em suas vidas.

CAPÍTULO 3 - MULHERES NEGRAS PRECONCEITOS E O BOLSA FAMÍLIA

No “campo de batalha da guerra de pobreza as mulheres estão na linha de frente”, esse é mais um indicativo que aponta a desigualdade feminina no mercado de trabalho que está ligado ao baixo nível educacional. A publicação do IPEA em 2013 aponta que entre os beneficiários do Programa Bolsa, três quartos dos beneficiários a maioria são mulheres negras. Com isso podemos perceber a partir das relações de gênero e raças que elas são mais afetadas com a desigualdade social, pois, segundo Carloto e Mariano “As mulheres negras tendem a apresentar maior vulnerabilidade social que as mulheres não negras ”(2013:395). O significativo, número de mulheres negras entre as camadas populares já vem de um longo processo histórico de desigualdades sociais. A pobreza das mulheres negras tem “raízes” na escravidão.

Para Maria da Silva (1999), a situação das mulheres negras no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois elas continuam em último lugar na escala social e são aquelas que mais carregam as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Desde o pós-abolição elas foram excluídas da participação da construção da cidadania brasileira. Consideradas inferiores e subalternas, foram submetidas a trabalhos precários, alocadas em posições subalternas, candidatas perfeitas para empregadas domésticas ou para os serviços gerais. De acordo com o Dossiê Mulheres Negras “as desigualdades raciais e de gênero moldam uma hierarquia do mercado de trabalho que se mantém mesmo entre grupos com mesma escolaridade” (IPEA, 2013:119) que por sua vez vem seguido do argumento de falta de preparação técnica para o cargo, da baixa escolaridade, mascarando um profundo preconceito racial.

Para Carloto e Mariano (2013) ao analisar as mulheres negras é preciso um olhar diferente, é necessário considerar suas especificidades. Elas não devem ser submetidas na categoria de mulheres pobres, pois esta é vista como uma categoria universal. Nessa perspectiva, a intersecção entre raça, gênero e classe é necessária para entender as posições sociais específicas dessas mulheres como afirmado por Carvalho:

Principalmente, ressaltamos que no caso das mulheres negras a intersecção entre raça, gênero e classe é crucial para se compreender as demandas específicas dessas mulheres, nas áreas da saúde, educação, do trabalho, e deste modo superar as.

desigualdades sociais/raciais que atingem as mulheres negras, que impossibilitam a ascensão social dessas mulheres na sociedade brasileira. (CARVALHO, 2002, p.2)

É preciso levar em conta um conjunto de fatores que impede a ascensão da maioria das mulheres negras e as colocam em desvantagem com outras mulheres. É importante ressaltar que elas sofrem discriminação duas vezes: por serem mulheres e por serem negras o que dificulta sua ascensão social.

O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, em sua quarta edição organizado pelo IPEA (2011), apresenta da seguinte maneira a situação das mulheres negras no Brasil, pontuando dois itens importantes para ascensão social de um indivíduo: educação e trabalho. Segundo a pesquisa, apesar do aumento gradual do número de mulheres negras no mercado de trabalho, a desigualdade permanece sobre elas. Seu rendimento salarial está abaixo de mulheres e homens brancos e dos homens negros. Como já foi visto no primeiro capítulo é importante ressaltar que a maior taxa de desemprego também incide sobre elas.

O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%) (IPEA, 2011, p.27).

São várias as explicações para essa diferença de salário e de oportunidade para elevar-se a um cargo profissional, o argumento geralmente utilizado é a desqualificação, como descreve Lobo: “O problema da desqualificação do trabalho feminino passa a ser sempre uma má formação de mulheres” (1991, p.259). A desvantagem dessas mulheres no mercado de trabalho está ligada tanto à péssima instrução educacional que adquiriram, quanto a pessoas que desqualificam seus serviços.

Historicamente no Brasil a educação é a garantia de inserção social e também a possibilidade para conquista de autonomia, principalmente financeira, apesar dos avanços educacionais no decorrer do século XX e nos últimos anos do século XXI, com as políticas de ações afirmativas que garantiu a entrada de negros na universidade. É preciso notar que, embora essas ações do governo, ainda é bem reduzido o número desse grupo nas universidades, contudo, há de se considerar que está é uma conquista recente. No entanto no decorrer da história, a educação era difícil para as negras e os negros, pois o fato de frequentar a escola significava lidar diariamente com o racismo. Como aponta Nepomuceno:

No Brasil colônia e no império, a condição jurídica do escravo vetava a negros e negras o acesso à educação formal; no pós – abolição por conta do racismo existente na sociedade, essa população encontrou dificuldade de obter um lugar nos bancos escolares da rede pública. [...] visando ocupar a falta de descaso do governo com o

grande número de crianças negras mantidas à margem do sistema de educacional por conta da pobreza ou da discriminação velada. (NEPOMUCENO, 2012, p. 389-390)

O Estado oportunizava o estudo a todos os cidadãos, mas não havia um incentivo para que essas pessoas permanecessem nas escolas. A evasão escolar segundo, Nepomuceno, recai sobre as mulheres que demonstram menor grau de estudo, o que reflete nos dias atuais do século XXI, já que, a maioria das mulheres negras adultas pobres possui um déficit de escolaridade. A necessidade de trabalhar para ajudar a família, cuidar da casa e/ou dos irmãos mais novos, as afastou das escolas. Por esse motivo, quando do retorno ao mercado de trabalho, é em serviços menos valorizados.

As articulações de categoria de gênero permite analisar diferentes marcadores de desigualdades econômicas e sociais. Nos censos de 2000 e 2010, aponta uma crescente pobreza feminina, principalmente entre as mulheres negras. A pesquisa também apresentou o tipo de organização familiar em que elas aparecem como chefes de famílias mono parentais, ou seja, responsáveis pelo sustento de toda dinâmica familiar. A 4ª edição do Retrato da desigualdade de gênero e Raça (2011) também lança luz sobre os censos citados, pois enquanto “46% das famílias chefiadas por mulheres tem filhos com 15 anos ou mais; o percentual é de 38% nas famílias chefiadas por homens.” No Brasil, ser chefe de família não significa viver na pobreza, muitas são de classes médias e altas. O que ressalto é as dificuldades das que vivem nos bolsões de pobreza, que geralmente enfrentam dificuldade para o acesso ao trabalho formal, pois nota-se uma maior e crescente vulnerabilidade nas condições de habitação das famílias chefiadas principalmente por mulheres negras. Essa dificuldade trás diversos questionamentos e percebe-se a importância das políticas públicas brasileira.

A alteração de papéis, no que refere chefe de família, parece um fato recente, mas a responsabilidade familiar é recorrente no universo feminino, como descreve Dias (1995), já que, em São Paulo no século XIX, a vida das mulheres era marcada pela dura luta de sobrevivência.

Diante desse contexto e de outros fatores que afetam a vida dessas mulheres⁵⁵, vários são os indicadores que podem evidenciar a desvantagem, exclusão e pobreza das mulheres pobres e negras nesta sociedade, portanto foram pontuados os que impedem de alcançar uma

⁵⁵ Procurei focar nas políticas públicas a respeito das mulheres negras e por isso não foram abordados, nesse trabalho, alguns fatores como: saúde, violência, trabalho doméstico, habitação e saneamento e etc.

cidadania digna e mobilidade. Elas estão em posições inferiores, em uma sociedade permeada de discriminação de gênero e raça, que utiliza um discurso que não há no país práticas racistas. Diante das dificuldades encontradas por essas mulheres para uma conquista social, há a necessidade de articulação de entidades e movimentos que possam oportunizar meios para superar a desigualdade em todos os níveis.

3.1 PERSPECTIVAS DAS MULHERES QUE RECEBEM O BOLSA FAMÍLIA

Antes de começar a descrever os relatos de vida das entrevistadas para esse trabalho, primeiro será situado o bairro onde elas vivem. Residem no loteamento Morar Bem no município de São José/SC que fica entre Jardim Zanelato e José Nitro. Estas são localidades precárias que se desenvolveram de forma desordenada. Abaixo imagem do loteamento Morar Bem.



Figura 1: Loteamento Morar Bem. Localizado em São José/SC
Fonte: acervo do site <http://br.worldmapz.com/photo/89033_en.htm>. Acesso em 15/06/2015

A comunidade Morar Bem é um conjunto habitacional que faz parte do Programa Habitar Brasil- BID⁵⁶, que promove construção de novas casas para a população carente que se encontra em área de risco. Os moradores foram remanejados das favelas: Pedregal, Metropolitano e Zanelato para um local com infraestrutura adequada, com posto de saúde, iluminação pública subterrânea, rede de esgoto, água encanada, creche municipal, escola pública, espaço para lazer infantil, centro comunitário, estradas asfaltadas. Descrevendo a estrutura do local parece um bom lugar para se viver, entretanto, continua sendo visto pela população josefense como uma periferia perigosa, conhecida pela criminalidade e tráfico de drogas.

Bourdieu (1997), junto com outros autores em o livro *A MISÉRIA DO MUNDO* descrevem bem como é a vivência nos Bairros populacionais. As pessoas que moram nesses locais geralmente são mal afamadas possuem uma péssima reputação o que faz com que as pessoas tenham vergonha de dizer onde moram, principalmente quando buscam se inserir no mercado de trabalho. Esse menosprezo ou vergonha dos moradores pelo local pode ser constatado na fala das entrevistadas que disseram morar no Bairro Serraria, um bairro próximo, que não é tão mal visto socialmente. Questionadas se realmente residiam em Serraria, pude perceber um aspecto de vergonha em reconhecer onde moram. É possível verificar na fala de Laura, 41 anos: “Moro em Serraria”. Perguntado se aquele local é mesmo Serraria ela diz: “Morar Bem, mas algumas pessoas tem vergonha de dizer”⁵⁷. Cabe salientar que mídia televisiva ajuda a potencializar a discriminação desses locais como se os únicos problemas sociais fossem o roubo, drogas, sequestros, apostam nas imagens negativas, aonde as classes médias e altas se vêem como vítimas. Deixando de lado outros fatores que geram violência e problemas sociais. Como aponta Rego e Pinzani:

[...] Deixando de lado a violência cotidiana e secular praticada na sociedade e suas instituições sobre excluídos, os pobres, os negros, as mulheres, as crianças, assim como a realidade da super exploração do trabalho, dos baixos salários [...] (2013:157).

⁵⁶ Banco Interamericano de Desenvolvimento. É uma organização financeira internacional que apoia iniciativas em países latino-americanos para reduzir a pobreza e promover a equidade de modo a fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável.

⁵⁷ OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

No momento em que a classe dominante inferioriza e exclui as minorias sociais, geram violência moral e discriminatória que não são reconhecidas pela sociedade, sendo que o fato de discriminar reduz a dignidade e a cidadania de um indivíduo.

Tal qual acontece na descrição de Bourdieu, esses locais possuem um elevado número de habitantes, com algumas famílias numerosas e uma população muito jovem, que cedo perdem o interesse pelo estudo e não aceitam trabalhos inferiores. Alguns não têm recurso financeiro para adquirir bem material, acabam infringindo a Lei. “Uma parte de jovens dessas famílias tiram seus sustentos de uma economia subterrânea que se baseia principalmente no roubo e, mais recentemente no tráfico de drogas” (CHAMPAGNE, 1997, p78).

Essa abordagem sobre os subúrbios de Paris de Bourdieu descreve vários outros subúrbios do mundo que é também a realidade do Morar Bem, já que, a periferia é o local onde se concentram os pobres, as taxas de desempregos, evasão escolar, analfabetismo, e a miséria. A comunidade do Morar Bem tem uma “localidade adequada”, mas continua na linha de pobreza, por isso, percebe-se que há outros problemas de ordem social, que necessitam das políticas públicas que invistam no capital humano.

Como podemos verificar, além do Programa Bolsa Família, as entrevistadas fazem parte de outra política: a de melhorias habitacionais. Como citado anteriormente, o loteamento Morar Bem faz parte do Programa Habitação financiado pelo BID. Esse Programa não faz parte da “Minha Casa Minha Vida”⁵⁸, e apesar de não ter foco na mulher, à Prefeitura procurou priorizá-las, colocando as propriedades em seus nomes, pois muitas são chefes de família como já citado vivem em situação de vulnerabilidade e provavelmente não conseguiriam adquirir uma morada devido o alto custo do mercado imobiliário.

Para saber como utilizam o Bolsa Família será descrito cotidiano das entrevistadas com base em suas narrativas, são mulheres pobres e negras que recebem mensalmente o Bolsa Família. Não podemos avaliar a pobreza somente pelo indicador de renda, mas incorporada a outras dimensões. A renda pode ser comparada como a ponta de um iceberg, e a parte que causa danos, prejudica e causa estragos está submerso.

A seleção dessas mulheres foi feita por meio de contato com outras pessoas que conheciam alguém que é titular do Programa, porém a cada contato com as beneficiárias elas mostravam receio de falar com medo de que as informações pudessem chegar de alguma forma até o órgão responsável pelo Programa e acabassem perdendo o benefício. Pude

⁵⁸É um programa do Governo Federal oferece condições de pagamento e taxas de juros de baixos para população de baixa renda adquirir casa própria

perceber que seus receios eram que, através das entrevistas, acabassem elas próprias se denunciando, de que não precisassem realmente desse benefício. A falta de informação repassada a elas, fez com que muitas “achassem” que o valor estipulado pelo governo como renda *per capita*, seria um valor que a família recebe mensalmente e não por cada indivíduo. Por isso, mesmo desconfiadas e com medo de perder o benefício, Laura, Cristina e Mariá aceitaram falar um pouco de si e sobre o Programa, dessa maneira podemos analisar o PBF do ponto de vista delas. Esses relatos não constam das entrevistas, foram comentados em conversa inicial, não gravada quando era informado o motivo da entrevista.

Cabe aqui ressaltar que pelos dados municipais contidos no boletim do MDS⁵⁹, do total da população em extrema pobreza do município, 77,4% se classificaram como brancos e 22,6% como negros. Dentre estes últimos, 6,4% se declararam pretos e 16,2% pardos. Entre esses do total de extremamente pobres no município de São José, 54,2 % são mulheres e 45,8% são homens.

As entrevistadas são mulheres que se declaram negras, e residiam no mesmo bairro no momento em que foram feitas as entrevistas. Nascidas de famílias pobres começaram a trabalhar cedo como tantas outras mulheres. Trabalhadoras, com pouca escolaridade, que oferecem uma educação familiar baseado em seu padrão de vida, mas objetivam uma situação econômica para seus filhos que permite a eles maior mobilidade social. Das três entrevistadas, duas não completaram o ensino fundamental, como é o caso de Cristina: “Estudei passando até a segunda série tive que deixar de estudar para cuidar dos irmãos mais novos”⁶⁰. E de Laura, que estudou até a sexta série, pois, deixou de estudar para trabalhar. Mariá a mais nova das entrevistadas, possuía o segundo grau incompleto e por duas vezes deixou de estudar para cuidar do filho. Devido ao pouco estudo que elas possuem, estão inseridas em empregos inferiores, onde não precisam de muita instrução educacional e técnica para trabalhar, suas funções são: merendeira, serviços gerais e auxiliar de produção. Essas mulheres receberam de herança a pobreza de seus pais, pois, eles também não tiveram as oportunidades de estudo e trabalham em empregos inferiores. O estudo no Brasil é um dos caminhos para evoluir profissionalmente e é considerado um fator importante para quebrar o ciclo de pobreza, mas

⁵⁹ Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza> acesso 28/11/2014

⁶⁰ VIEIRA, Cristina. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal

elas não puderam dar continuidade devido a outros interesses familiares, começaram a trabalhar muito cedo:

Cristina, 37 anos, trabalha como merendeira para uma empresa terceirizada, em uma escola pública próxima de sua casa;
 Laura, 41 anos, trabalha com serviços gerais para uma empresa terceirizada, em uma loja no centro de Florianópolis;
 Mariá, 20 anos, desempregada, seu emprego anterior era Auxiliar de produção, em uma empresa de cartucho para impressora.

Na concepção de Silva, “marcadas pelo estigma da escravidão, à elas permanecem destinados os trabalhos sem qualificação, trabalhos que dispensam inclusive a educação e a instrução, sobre elas pesa, além das diferenças de gênero, também as de raça”. (2010:2).

Como podemos observar, as entrevistadas estão inseridas em subempregos, que muitas vezes tem sido vistos quase como naturais a sua condição de raça e gênero. A combinação do sexismo e do racismo, ao caracterizar o trabalho das mulheres negras, gera um tipo de discriminação que é claramente percebido por essas mulheres nas relações de trabalho. As falas de Cristina e Laura demonstram bem essa situação: “Cristina: Sim, já fui discriminada. Eu entregava folheto e um fulano não quis pegar o papel da minha mão por ser negra”⁶¹. Enquanto Cristina foi discriminada pela sua cor, Laura sentiu-se discriminada por ser mulher:

Laura: E por ser mulher Já, ali na Secretaria de Obras e infraestruturas quando eu trabalhava ali, porque tinha mulheres e tinha homens, tratavam bem, mais aos homens do que as mulheres só por eles trabalham mais pegavam balde pesados de cal para pintar as estradas, só porque os homens ganhavam mais davam mais valor aos homens.⁶²

Mas, Laura passou por uma situação constrangedora em seu trabalho e associou ao preconceito. Ela e outra mulher foram designadas para fazerem a limpeza de uma loja, mas Laura percebeu que os funcionários da loja não a chamavam para fazer a limpeza, dirigiam-se somente à outra mulher quando o local necessitava de limpeza, o que fez a pensar que era pelo fato de ser negra e a outra, branca.

Para essas mulheres, o Programa Bolsa Família é bom, não o designaram como ruim ou ótimo. Para elas, o PBF ajuda em suas necessidades mais básicas, elas sabem que não é possível depender somente do rendimento do benefício. Ele serve como complemento de seus salários, nos momentos de dificuldades. Neste quesito, o programa cumpre o seu papel que é

⁶¹ VIEIRA, Cristina. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal.

⁶² OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

servir de medida paliativa para a pobreza, já que, o dinheiro não é utilizado somente com o consumo de comida, mas especialmente quando surgem outras emergências domiciliares. O que parece ser uma tática administrativa das beneficiárias, conforme relato:

Laura: Na verdade o PBF me ajuda a comprar gás, tem mês que eu compro comida, tem mês que eu compro calçado para as crianças e tem mês que compro uma peça de roupas para cada um deles. Antes, às vezes eu não conseguia comprar calçados para as crianças agora com o dinheiro do BF me ajuda a comprar calçado, não vou te dizer que é muita comida, mas dá para comprar um cinco kg de arroz, cinco de açúcar, um pedaço de carne, mas ajuda e antes era difícil. Desempregada sem Bolsa Família, sem nada.⁶³

Cristina: Gasto com comida às vezes posso pagar contas de luz, água, comprar mistura e umas guloseimas para as crianças, poucas coisas... melhorou um pouquinho, dá para comprar carne, coisa assim⁶⁴.

Mariá: Eu compro roupa, sapato. Porque ele fica na creche pública e não preciso comprar material escolar. Eu uso para o lazer dele, às vezes vamos passear no shopping tomar sorvete, antes não era possível.⁶⁵

O benefício do programa permitiu que pudessem desfrutar de “pequenos luxos” que antes não era permitido como comenta Mariá, que pode levar o filho para tomar sorvete no shopping. Apesar de o Programa servir de auxílio à fome as beneficiárias usam de estratégias e fazem com que o benefício proporcione outros hábitos em suas vidas. E, “fica evidente que o benefício é uma ajuda fundamental em razão do pouco dinheiro ganho pelo marido ou por elas mesmas, ganho esse incerto, pois advindo de trabalhos informais e instáveis” (LIBARDONE; SUAREZ, APUD CARLOTO; MARIANO). Essa situação de que o dinheiro é pouco não é somente na opinião das mulheres residentes em São José, foi constatado também no trabalho de Rego e Pinzani (2013) que entrevistaram mulheres no norte do país e reclamaram do baixo valor do benefício. Contudo, ao mesmo tempo é de suma importância para complementar os baixos salários da família.

Estudos recentes discutem o Programa na ótica de autonomia, empoderamento e cidadania para as mulheres. O MDS⁶⁶ considera que o fato da mulher possuir um cartão e somente ela pode receber a quantia disponibilizada pelo Programa, tornando, segundo o órgão, “[...] num importante instrumento de autonomia e ‘empoderamento’ das mulheres. Esse gesto simples representa independência, autonomia e cidadania para muitas delas” (MDS,

⁶³ OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

⁶⁴ VIEIRA, Cristina. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal.

⁶⁵ NASCIMENTO, Mariá. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal.

⁶⁶ Disponível em <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2007/marco/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres>> acesso 12 de junho de 2015.

2007). Entretanto, as mulheres entrevistadas não sentiram em si essa autonomia, mas conforme seus relatos elas, sentiram-se independentes e libertas, pois não teriam que depender do dinheiro da família, quando ficassem desempregadas.

Mariá mora na casa de seus pais e com sua irmã e seu filho, ela tem o desejo de ir morar sozinha com seu filho, mas sente-se insegura, pois mesmo que trabalhe e receba o benefício, não tem coragem de ir morar de aluguel. Tem medo de ficar desempregada e depender só do benefício, porque não seria suficiente para manter o custo familiar até que consiga outro trabalho: “Nada, não vejo mudança me sinto muito insegura. Se eu for depender só dele não dá para eu morar sozinha com meu filho porque se eu fico desempregada, só com ele não dá”⁶⁷.

Para Laura, possui outro significado, que está relacionado à sua independência financeira, pois ela mora com dois filhos, em casa de aluguel e é a única provedora da casa. Não é casada, não possui um companheiro e diversas vezes teve que recorrer à família para pedir dinheiro emprestado para o sustento da casa, em momentos de desemprego. Devido a ser ela a chefe da casa e ter seu trabalho, não sentiu que o programa proporcionou autonomia: “Sim, sou mais independente porque eu não preciso mais da minha família para pedir dinheiro emprestado, sou independente porque eu gosto disso aí, nem sei explicar isso direito não”⁶⁸. (não sabe explicar o significado da liberdade e independência financeira). Ela entra para a estatística das mulheres responsáveis pela família que no município, conforme dados do IBGE 2010, são 9.835 pessoas nessa situação. Nesse sentido, podemos perceber que foi através do Programa que Laura experimentou a liberdade financeira, um dos efeitos positivos do PBF. O fato de não precisar recorrer sempre à família, toda vez que faltava dinheiro aumentou a autoestima dela e provavelmente de outras mulheres.

O desemprego é constante em suas vidas, por não terem uma profissão valorizada, deixando-as muitas vezes em uma renda. Dessa maneira, o PBF preenche esse espaço entre um emprego e outro. Mas não é possível considerar o PBF como indicador de uma real autonomia, pelo menos para as mulheres entrevistadas, como podemos observar nos relatos. Houve uma melhora em suas vidas, quando passaram a receber o benefício, no caso de perda desse rendimento, suas condições voltam a ser como era antes de terem o Bolsa Família e

⁶⁷ NASCIMENTO, Mariá. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal.

⁶⁸ OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

outras políticas públicas, pois não são capazes de manterem as famílias sozinhas. Carloto e Mariano (2010) descrevem que seria ingênuo esperar que através da ínfima renda do PBF as mulheres possam sentir-se cidadãs, uma vez que há uma série de questões a serem debatidas, pois o Programa abrange diversas mulheres com problemas distintos: cultural, social e econômico.

O Bolsa Família pode até não evidenciar de forma devida a autonomia, mas procura investir no capital humano para que essas mulheres possam se estabelecer financeiramente e alcançar a capacidade de se manterem sozinhas. Devido aos beneficiários serem pobres ou extremamente pobres, necessitam dessas políticas que auxiliam em sua socialização e mobilidade. Sabendo das dificuldades encontradas por essas pessoas e que o ciclo de pobreza não permanece somente por falta de alimento, o MDS procurou oportunizar políticas complementares, necessário para que um indivíduo rompa com o ciclo intergeracional de pobreza, mas para que isso aconteça é preciso que as coordenadorias locais informem aos beneficiários sobre tais serviços. A intencionalidade dos programas é de desenvolver capacidades produtivas e intelectuais das famílias beneficiadas, visando à sua emancipação econômica em médio e longo prazo. Assim como, a intenção do programa é aliviar a fome e investir nos filhos das beneficiárias por meio das condicionalidades para que no futuro, não venham precisar do governo para manter o sustento básico, essas mulheres desejam um futuro melhor para seus filhos e os incentivam a estudarem.

O tempo disponível pode ser visto como um agravante para a pobreza, pois a maioria das entrevistadas trabalha de segunda a sexta feira, oito horas por dia. No caso de Cristina que ainda trabalha aos sábados fazendo faxina e nos domingos cuidando da casa, não tem tempo para ajudar os filhos em suas atividades escolares ou manter um diálogo básico dentro do círculo familiar. Para elas, o fato de estarem no mesmo ambiente que os filhos significa um relacionamento, podemos perceber isso nas narrativas que se segue: Laura, nunca se casou mora com seus dois filhos, uma menina de quinze anos e um menino de onze anos, “para mim meus filhos são tudo na minha vida”⁶⁹. A menina estuda no período da manhã e o menino frequenta a escola no período integral e participa do programa “Mais Educação”: “De segunda

⁶⁹ OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

a sexta eu só me relaciono à noite quando eu chego em casa, aí eu fico com eles. À noite eu converso pergunto como foi o dia de aula, como foi o dia-dia ⁷⁰”.

Já Cristina é casada, e têm três filhos que frequentam a escola, uma menina de quatorze anos e dois meninos, um de dezesseis que possui deficiência mental e outro de dez anos. Ela não tem tempo para si e nem para os filhos: “Fico pouco tempo com eles é corrido, só os domingos, sábado faço faxina” ⁷¹”. Aos sábados as crianças ficam com o pai, enquanto ela trabalha de faxineira.

Mariá, desempregada há um mês, mãe solteira, tem um filho de quatro anos que fica na creche período integral. Seus empregos anteriores eram de oito horas, dedicando também os fins de semana e as noites para dar atenção ao filho.

A rotina social dessas e outras mulheres pobres é o trabalho dentro e fora de casa. O Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça (2011) relata que o uso do tempo reflete da seguinte maneira, analisando o uso do tempo é possível fazer um reconhecimento de aspecto da vida cotidiana, dentre estes estão os afazeres domésticos que as mulheres dedicam mais tempo do que o homem. Essa é uma relação que perdura por muito tempo.

Em relação à renda, pode-se dizer que esse fator tem pouca relação com o número de horas dedicadas pelos homens aos afazeres domésticos. Mas, em relação ao tempo feminino, é o fator que exerce maior influência: 93% das mulheres ocupadas com até um salário mínimo se dedicam aos afazeres domésticos, em uma média de 25,2 horas por semana. Entre aquelas que recebem mais de 8 salários mínimos, 76,7% fazem o mesmo. Esta variação provavelmente se dá pela contratação de trabalho doméstico remunerado, exercido quase que exclusivamente por mulheres. Com o aumento da renda, ocorre, portanto, a delegação destes afazeres para outras mulheres (IPEA, 2011, p.37).

Independente da renda monetária do homem, este procura se isentar da divisão de trabalho no lar. Já para as mulheres que possuem uma renda maior conseguem esquivar-se desta rotina, contratando o serviço de empregada doméstica, babá e faxineira, geralmente mulheres, mas as que ganham um salário baixo acabam se sobrecarregando com esta atividade. Para Silva (2010), as estatísticas demonstram as desvantagens de ser mulher pobre

⁷⁰ OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

⁷¹ VIEIRA, Cristina. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal

negra no Brasil, a maioria ocupam as piores tarefas com um salário nada digno de seus esforços. As que possuem pouca escolaridade junto ao quesito discriminatório da “boa aparência” impossibilitam uma ocupação e um trabalho de valor.

Escrever sobre experiência de vida de mulheres negras é expor, muitas vezes o que lhe causa indignação e vergonha, a discriminação racial. Essas mulheres não sentem vergonha por serem negras, mas pela atitude de quem pratica e as deixa sem “ação”. Na maioria das vezes acontece de forma velada, com um gesto ou um olhar, como relata Cristina: Sim, já fui discriminada. O negócio é em loja, em loja já me senti discriminada. Fui entrar em uma lojinha lá no centro a mulher me olhou com uma carinha. Meus Deus, né!⁷²

Perguntado a Laura se ela já havia sido insultada, maltratada em alguma loja por ser negra, sua resposta foi não, mas por ser pobre sim: “Já, porque eu fui numa loja eu estava em uma loja à mulher foi atender primeiro a que estava bem vestida, arrumadinha e me deixou de lado e foi atender a que estava bem mais arrumada”⁷³. Laura não associa a relação de ser atendida depois de uma pessoa branca como discriminação racial, mas sim pela pobreza, por não estar bem vestida para a ocasião. Tais situações acabam deixando as vítimas em uma situação desconfortável que só colabora para diminuir o “outro”. Podemos observar que foram em lojas que ocorreram os episódios citados de discriminação, também são locais onde se estabelece o poder de compras. Por vezes ignoram sua presença ou são atendidas depois de o atendimento a uma pessoa branca, pois a negritude está associada à pobreza. Para Silva (2010), esta construção se faz mediante o que está colocada no inconsciente coletivo da sociedade de que o negro é inferior. E são algumas vezes ignoradas ou maltratadas por algumas pessoas, por acreditarem que pessoas negras não tem dinheiro o suficiente para gastar ou que estão olhando, pesquisando o preço para uma possível compra.

A secretaria de Desigualdade Racial junto com outras entidades tem por objetivo diminuir a desigualdade que serve de obstáculo para os avanços das mulheres negras retirando da invisibilidade social que perdura desde os tempos da escravidão. E continuar sugerindo, políticas públicas específicas para as mulheres negras para igualar as oportunidades, já que, nas narrativas aqui descritas são exemplos que muitas mulheres reconhecem as dificuldades e que as políticas públicas as ajudam em aspectos importantes em suas vidas.

⁷² VIEIRA, Cristina. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal.

⁷³ OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

Pois, quando descrevemos sobre a narrativa de pessoas, trabalhamos com lembranças que elas nos oferecem, é preciso lembrar que constroem suas histórias com subjetividade, pois cada pessoa tem sua forma de ver e pensar a vida. O historiador com técnica junta partes desses relatos e constroem uma ideia mais ampla e subjetiva.

Levando em consideração os aspectos descritos, o objetivo dessa monografia parte da consideração às desigualdades sofridas pelas mulheres negras no Brasil. E também pela importância de mais estudos sobre mulheres negras no município de São José e há pouca reflexão sobre a temática da Bolsa Família e as mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados para elaboração dessa monografia, pude perceber que as políticas públicas no Brasil, focalizada nas mulheres são uma conquista do movimento de mulheres e do movimento feminista que utilizaram deste meio para retirar as mulheres da exclusão social na qual estavam inseridas, independente de sua classe social ou etnia. A sociedade patriarcal não via a mulher como um sujeito pensante e suas particularidades o que estava reservado para elas era o privado; o cuidado da casa e a educação dos filhos. Sujeita a todos os tipos de violência e privações, e sem direitos sociais e sem amparo do Estado, não tinham a quem recorrer ou reclamar quando eram prejudicadas. Então, o que dizer das minorias sociais mulheres pobres, negras, operárias, indígenas e outras categorias praticamente invisíveis e por vezes ignoradas e discriminadas devido suas diferenças genealógicas. A maioria dessas mulheres possuem uma vida árdua, de muito trabalho e dificuldade financeira sem ou com pouquíssima educação, para garantir que pudessem usufruir de alguns benefícios oferecidos pelo governo foi necessário implantar políticas públicas na agenda política, essa foi uma luta que começou na década de 1970, pelo movimento feminista e adentra os dias atuais deste novo milênio.

No ano de 2003, o governo brasileiro cria o Programa Bolsa Família, um programa de transferência direta de renda condicionada, que tem por estratégia a mulher titular do cartão e conseqüentemente responsável pelo benefício. Para um país subdesenvolvido, promover um benefício que transfere dinheiro a uma parcela da população para que utilizem da forma que melhor lhe convém, desde que cumpram as condicionalidades, é um avanço.

Entretanto, o discurso que se propagou no país por partidos políticos e pessoas contrárias ao Programa Bolsa Família foi de ser mais um programa assistencialista e que iria provocar o efeito “preguiça” nas populações mais pobres e que esses não iriam mais se interessar pelo trabalho para viver somente do benefício.

Portanto, procurei com esse trabalho, investigar por meio de entrevistas como se dá em casos concretos de mulheres negras que recebem o Bolsa Família, a percepção por elas próprias de sua “vulnerabilidade social”, e a diferença que o programa, junto com outros, fez em suas vidas. Houve uma melhora significativa na vida dessas mulheres e de suas famílias devido à políticas públicas conseguiram moradias e qualidade na alimentação. O que se viu nas entrevistas foi à vergonha que elas têm de suas condições de vidas, e se ouviu foi à importância do Programa Bolsa Família para essas mulheres, e elas se sentem libertas por ter

seu dinheiro garantido todo mês, podendo programar o que comprar e sabendo que o alimento estará garantido mesmo que venham ficar desempregadas. E a importância para elas de não precisar depender financeiramente dos parentes para ajudar nas despesas da família e caso venham precisar elas agora conseguem devolver o que tomaram como empréstimo. Mas é perceptível a consciência que elas têm que não é possível viver na dependência do Programa Bolsa Família e que não podem ficar desempregadas porque é um recuso de pouco valor, porém elas têm medo de perder esse benefício porque não permanecem por muito tempo em um emprego, devido à procura e rotatividade em funções que não necessita de muita instrução, é o caso dos serviços menos remunerados. Sendo as suas preocupações de como assegurar as despesas da família, neste caso alimentação até encontrar um novo trabalho.

É preciso ressaltar que nada ficou tão claro, quanto à satisfação dessas mulheres em poder proporcionar a seus filhos, a compra de roupas novas, calçados, doces e de poderem levar eles para passear mesmo que seja uma vez ou outra. Pois eram coisas que raramente podiam fazer. Concluiu-se, no final dessa pesquisa que enquanto houver desigualdade social seja ela por raça, sexo e gênero são necessárias políticas públicas que promovam a inclusão social das mulheres e de outras minorias. Cabe ressaltar a luta de entidades que estejam engajadas na luta para superar a discriminação racial e de gênero que permeia vários setores da sociedade diminuindo as desigualdades de classe da população brasileira. Partindo do pressuposto que grande parte das minorias sociais possuem pouco estudo e conhecimento, acabam naturalizando suas situações de miseráveis, pois não tem consciência de luta de classe. Uma vez que criem essa consciência e ampliem suas visões de mundo passam a reivindicar por melhorias de vida, por políticas públicas que resolvam seus problemas mais imediatos.

Por fim, retomo a necessidade de políticas públicas, para beneficiar as mulheres pobres principalmente as negras devido serem mais vulneráveis socialmente que as mulheres brancas. Que o Estado promova cursos de aprimoramento profissional as mais pobres e que as estimulem a estudar para adquirirem habilidades de se comunicar e de fazer entenderem para que possam ir à busca de seus direitos constitucionais mudando assim suas realidades de vidas. Pude compreender o quanto é complexo analisar a situação das mulheres negras na sociedade brasileira e as suas dificuldades de mobilidade social que acabam dificultando a ascensão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Maria (Coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2006.

ANJOS, José Carlos dos. “Etnia, raça e saúde sob uma perspectiva nominalista”. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (Org.). **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 97-120.

BOURDIEU, Pierre et al. (Org.). **A miséria do Mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

_____. Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 183-191.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes et al. (Org.). **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão**. Brasília: IPEA, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Org.). **Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002. p. 167-193.

CARVALHO, Rayssa A. Movimento de mulheres negras e a luta pela afirmação dos direitos humanos no Brasil. **Cadernos Imbondeiro - UFPB**, João Pessoa, v. 2, n.1.anual. 2012, p. 1-10.

CARVALHO, Sonia Marise Salles; NUNES, Christiane Girad Ferreira. Reflexões Sobre o Programa Bolsa Família e seu impacto sobre as questões de gênero no Distrito Federal, no Período de 2010 à 2012. In: MINELLA, Luzinete Simões et al. **Políticas e Fronteiras: Desafios Feministas**. Tubarão: Copiart, 2014. p. 213-241.

CHARTIER, Roger. A Visão do Historiador Modernista. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 215-218.

DALLMANN, João Matheus Acosta. **O mal estar que sinto: A medicalização do sofrimento nas camadas populares**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

DIAS, Maria Odila. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FARIAS, Francisco de Farias. **São José: 250 Anos: natureza, história e cultura**. São José (SC): Ed do Autor, 1999.

FINGER, Solange Janete. **As Implicações da Integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (PBF) às Famílias Inscritas no PETI de São José – SC**, 2008. 127 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. Programa Bolsa Família 10 ANOS - entre vozes soantes e dissonantes. In: MINELLA, Luzinete Simões et AL (Org.). **Políticas e Fronteiras: desafios feministas**. 1ª Ed. Tubarão: Copiart, 2014, v. 2, p. 183-211.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003. In: NAKAMURA, Mariany Toriyama e GRIPPA, Giulia. **Fontes orais e o método de análise fotográfica oral: perspectivas de atuação do profissional da informação**. Discursos fotográficos, Londrina, v.6, n.9, p.77-101, jul./dez. 2010. p.81.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autentica, 2011. (Coleção História e Históriaografia).

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: Contribuições para o debate**. Texto para Discussão nº 1.283. Brasília: IPEA, Junho de 2007.

NASCIMENTO, Mirian A. Mulheres que militam e o uso das categorias feminismo, mulher, mulheres e relações de gênero (1975-2008). In: I Seminário Internacional de História do Tempo Presente, 2011, Florianópolis. **ANAIS DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**. Florianópolis: UDESC, 2011, v. 1. p. 1534-1540.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. In PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **A Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 382-409.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e Mulheres Faladas**. Florianópolis: UFSC, 1994. SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, 2005, p. 77-98.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. 5ª impressão. (Tradução Denize Bottman). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **A Nova História das Mulheres no Brasil**, São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vall Di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.103- 137.

REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Ed Unesp, 2013.

SANTOS, Rúbia dos. **A caracterização das famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Benefícios Monetários: PETI** – São José. 2003. 149 p. Dissertação (Mestrado) em Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo, Belo Horizonte: Companhia das Letras, UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995.

SILVA, Tauna O. Gomes. A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). In: II Seminário Internacional de História do Tempo Presente, 2014, Florianópolis. **Anais do II Seminário Internaciona de História do Tempo Presente.** Florianópolis: UDESC, 2014. p.1-14.

SILVIA SALVATICI (Brasil). Associação Brasileira de História Oral. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. (Tradução: Luiz Antônio Rodrigues Ribeiro Campos). **Revista História Oral**, [S. I.], v. 8, n. 1, p.29-42, 2005. Semestral.

SOIBET, Rachel. Movimentos de Mulheres: A Conquista do Espaço Público. In PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **A Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 218-237.

VOLDMAN, Danielli. A invenção do Depoimento Oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.247-277.

WESENDONCK, Walmor. **Programa Bolsa Família: o processo de implantação no município de São Jose/SC.** 2008. 116 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **O Programa Bolsa Família sob a ótica dos Direitos Humanos.** In Seminário Sobre Programa de Transferência de Renda, 2006. São Luiz. Anais.... São Luiz: EDUFAMA, 2006. p.129-138.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

CARLOTO, Cassia Maria. Condicionais nos Programas de Transferência de Renda e autonomia das mulheres. **Sociedade em Debate**, Universidade católica de Pelotas, n 2.v. 18. jul.dez./2012. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br>>. Acesso em: 8.Jul.2014.

IPEA. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4ª ed. Brasília, 2011. p. 7-39 Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 16. jul. 2014.

MENEGHEL, Stela, N; FARINA, Olga; ROMÃO Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feminista**- UFSC, Florianópolis. v. 13 n.3, setembro/ dezembro 2005. p. 567-583 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 15. Jul. 2014.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os Significados Do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres**: Um Estudo na Comunidade do Morro do Vitória. 2010.p. 186 Dissertação (Mestrado em Política Pública) Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasece/index.php/arquivos/doc_view/104-socorroleticia1?>. Acesso em: 18. Jun. 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gênero e política pública. Estudos Feministas-UFSC, Florianópolis*,. V.12, nº.1, janeiro-abril/2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília, IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421660>>. Acesso em: 29. Jun. de 2015.

CAMPELLO, tereza; NERI, Marcelo Côrtes .(Org.) **Programa Bolsa Família** : uma década de inclusão e cidadania Brasília : Ipea, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa_Bolsa_Familia-uma_d%C3%A9cada_de_inclus%C3%A3o_e_cidadania.pdf>. Acesso em: 30. Mar. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em: 20. Jun. 2015.

ROSA, Waldemir. SEXO E COR: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**- UFSC, Florianópolis, V 17, N.3, 2009, p. 889-899. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300017/12146>>. Acesso em: 29. Jun. 2015.

SOUTO, Kátia M. Barreto. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. **SER.SOCIAL**, Brasília, v 10, n22, p.161-182, jan/jun.2008. Disponível em:<http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/17/18>. Acesso em: 29. Jun. 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégia**: Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. BRASÍLIA: 2004. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/dab/Pacto_Aprovado_na_tripartite.pdf >. Acesso em: 20. Jun.2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria

Nacional de Renda e Cidadania. Programa Bolsa Família. **Manual de Gestão de Condicionalidades**. Brasília (DF), 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 20. Jun. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Programa Bolsa Família. **O Brasil Sem Miséria no Seu Município**. Brasília (DF), 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69>. Acesso em: 29. Jun. 2015.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/Bolsa_Familia.pdf>. Acesso em: 25. Mai. 2015.

GIACOMINI, Sonia Maria. Beleza Mulata e Beleza Negra. **Revista Estudos Feminista**, Florianópolis, p.217-227, 1994, 2 Semestre. Nº especial. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16105/14648>>. Acesso em: 29. Jun. 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feminista-UFSC**, Florianópolis, V,12, n.2, p.35-49, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em: 15. Jul. 2004.

MENEGHEL, *Stela Nazareth*; FARINA, *Olga*; ROMÃO *Silvia Regina*. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas- UFSC**, Florianópolis, v. 13 n.3, setembro/ dezembro, 2005, p. 567-583 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/8373/7708>>. Acesso em: 15. Jul. 2014.

SILVA, Maria Aparecida. Narrativas de mulheres negras araraquarenses: experiência e organização. In: Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis/SC. **Anais Eletrônico do Fazendo Gênero 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS**, 2010, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 21. Jun. 2015.

SÃO JOSÉ. Prefeitura Municipal. **Dados históricos sobre o município**. São José, 2014. Disponível em: <<http://www.pmsj.sc.gov.br>>. Acesso em: 16. Jul. 2014.

_____, CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. **Estabelece os limites intermunicipais, define os limites entre os distritos e suas áreas urbanas e define os bairros com seus limites**. 2000

_____. Coordenação Municipal do Bolsa Família e Cadastro Único. **Relatório do Bolsa Família 2005 à 2009**, p.1-29.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. O programa Bolsa Família e a taxa de fecundidade no Brasil. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Cortez (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília**. Brasília: Ipea, 2013, Cap.14,

p. 233-237. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa_Bolsa_Familia-uma_década_de_inclusão_e_cidadania.pdf>. Acesso em: 30.Mar. 2014.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André. Pobreza relativa ou absoluta?: A linha híbrida de pobreza no Brasil. **ANPEC**-Universidade de São Paulo. Escola de Economia de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. P.1-18 (2006). Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>acesso 03 de juh de 2015

FONTES

NASCIMENTO, Mariá. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal.

OLIVEIRA, Laura. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 24 de agosto de 2014. Acervo pessoal.

VIEIRA, Cristina. **Entrevista concedida à Lucimari de O. Siqueira**, em 07 de set de 2014. Acervo pessoal

ANEXO B- Roteiro – Entrevista

Dados pessoais

Como você descreveria sua trajetória de vida.

1. Nome.
2. Idade.
3. Local onde mora/ local de origem
4. Você estuda? Grau de escolaridade
5. Cor.
6. Sexo.
7. Religião.
8. Estado civil.
9. Você estuda? Grau de escolaridade.
10. Quantos filhos você tem?
11. Você tem filhos/as: quem fica com seus filhos/as enquanto você trabalha ou estuda?
12. Como é o seu relacionamento com eles nesse sentido?
13. A casa que você mora é, própria, alugada, emprestada?
14. Quantas pessoas moram na casa?
15. Como é seu relacionamento com os membros de sua família.
16. Você trabalha qual sua profissão?
17. Quantas pessoas que moram na casa trabalham?
18. Qual é a renda total da família?

SOBRE O BOLSA FAMÍLIA

19. O cartão do Bolsa Família está em seu nome?
20. Há quanto tempo recebe o Bolsa Família?
21. Como você ficou sabendo da existência do Programa?
22. Qual a importância do Programa para você?
23. Qual o valor que você recebe?
24. De que forma você utiliza o valor que recebe?
25. O programa Bolsa Família mudou sua vida?
26. Tinha alguma coisa que você não fazia antes de receber o benefício e que hoje é possível fazer?

27. O que acha das condicionalidades que o programa exige em relação da frequência escolar das crianças, questões de saúde sua e de seus dependentes?
28. Você vê dificuldades de cumprir essas condicionalidades?
29. Como você avalia o programa Bolsa Família?
30. Você acha que após receber o benefício do Programa passou ter mais autonomia em sua casa, quais mudanças ocorreram?
31. Você acha que o Programa Bolsa Família é um direito ou uma ajuda?
32. Além do Bolsa Família você possui programa social?

Modelo do TERMO DE DOAÇÃO
(para o entrevistador ter direito de uso das informações)

Pelo presente documento cedo a Lucimari de Oliveira Siqueira todos os direitos de uso e divulgação que me corresponderem, do conteúdo das gravações em fita magnética e transcrição literal da mesma em documento anexo, por mim assinado e rubricado em todas as páginas, da entrevista realizada em (data)....., e (local)..... Declaro também que o material da entrevista é composto por fitas, marca..... deminutos cada e a transcrição depáginas.

Local e data

..... Assinatura do entrevistado (doador)

..... Assinatura do entrevistador

.....


..... Assinatura de duas testemunhas

Observação se houver alguma restrição por parte do doador essa deverá ser acrescentada ao termo principal

ANEXO- B termo de adesão Cadúnico e Bolsa Família



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania



TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Termo de Adesão em conformidade com a Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005.
 Processo nº 71000.013047/2005-02
 Termo de Adesão nº 2604

O Município de **SAO JOSE**, Estado **SC**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **82.892.274/0001-05**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) **Fernando Melquiades Elias**, brasileiro(a), RG nº **347.429-1**, e CPF nº **290.370.009-59**, e o Governo Federal, por intermédio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **05.526.783/0001-65**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 5º andar, em Brasília, DF, doravante denominado **MINISTÉRIO**, representado neste ato pelo Ministro de Estado, Sr. **PATRUS ANANIAS DE SOUSA**, brasileiro, RG nº **889.329 SSP/MG** e CPF nº **174.864.406-87**, e **CONSIDERANDO**:

Que os municípios brasileiros são entes autônomos, de acordo com o art. 18, *caput*, da Constituição da República;

Que a realização dos objetivos da República Federativa do Brasil de erradicar a pobreza e a marginalização, assim como de reduzir as desigualdades sociais e regionais, previstos no art. 3º, III, da Constituição, depende do compartilhamento de responsabilidades, da cooperação e da coordenação de ações entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com a diretriz inscrita no art. 204, I, da Lei Maior;

Que o Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, constitui uma política intersetorial voltada ao enfrentamento da pobreza, ao apoio público e à emancipação das famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, requerendo, para sua efetividade, cooperação interfederativa e coordenação das ações dos entes públicos envolvidos em sua gestão e execução;

Que os recursos financeiros repassados aos cidadãos beneficiários do Programa Bolsa Família representam um instrumento de recuperação e dinamização da economia local dos municípios brasileiros; e

A necessidade de formalizar a adesão dos entes federados ao Programa Bolsa Família, em virtude do fim da vigência, em 31 de dezembro de 2005, das adesões e convênios aos programas remanescentes, conforme disposto no art. 11, § 2º do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, assegurando assim a continuidade no funcionamento do Programa Bolsa Família;

RESOLVEM firmar o presente **TERMO DE ADESÃO**, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A adesão do **MUNICÍPIO** ao Programa Bolsa Família, a fim de cooperar, no âmbito de seu território, com o **MINISTÉRIO**, segundo o previsto no art. 11, *caput* e § 1º, do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

CONFERE COM O ORIGINAL
 DATA 29/03/06

 Ana Maria Gomes Mesquita
 Slape: 1479408





CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

O **MUNICÍPIO**, ao firmar o presente Termo, atesta o cumprimento das seguintes ações:

I - constituição formal e suporte ao efetivo funcionamento de Conselho ou Comitê de Controle Social do Programa Bolsa Família, ou delegação de competência a um conselho ou instância anteriormente existente, respeitada a intersetorialidade e a paridade entre governo e sociedade, nos termos do art. 29 do Decreto nº 5.209, de 2004

II - designação do gestor local do Programa Bolsa Família, o qual deverá responder:

- a) pela interlocução com a instância local de controle social do Programa;
- b) pela gestão e coordenação municipal do programa;
- c) pela articulação com os governos federal e estadual; e
- d) pela integração do Programa Bolsa Família com às áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, dentre outras, quando existentes, visando ao desenvolvimento das ações do Programa Bolsa Família no âmbito municipal; e

III - informação ao **MINISTÉRIO** a respeito do gestor local do Programa e da instância de controle social mencionados nos incisos I e II, por meio do preenchimento e envio dos formulários constantes dos Anexos I e II deste Termo de Adesão à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS DO MINISTÉRIO

O **MINISTÉRIO** assumirá as seguintes atribuições em relação ao município aderente, no âmbito do Programa Bolsa Família:

I - implementar o pagamento mensal de benefícios às famílias beneficiárias, no território do município, na forma do art. 16 do Decreto nº 5.209, de 2004;


II - disciplinar e normatizar os procedimentos de gestão e de execução do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único previsto no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, coordenando e gerenciando a sua implementação, no âmbito federal, e promovendo a integração de ações entre a União e o município;

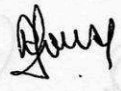
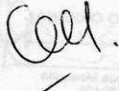


III - elaborar e tornar disponível ao município a Programação Financeira relativa ao Programa Bolsa Família;

IV - desenvolver, e disponibilizar ao município, instrumentos e sistemas de gestão do Cadastro Único, gestão de benefícios, de acompanhamento de condicionalidades, dentre outros;

V - tornar disponíveis ao município, de forma rotineira, informações e eventuais bases de dados a respeito de:

- a) famílias cadastradas no Cadastro Único;
- b) famílias selecionadas como beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- c) famílias que recebem recursos financeiros dos Programas Remanescentes, definidos no art. 3º, § 1º do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004;
- d) benefícios bloqueados ou cancelados;
- e) cartões não entregues e benefícios não sacados;
- f) resultados das ações de fiscalização;
- g) resultados de ações de monitoramento do programa e de seus instrumentos operacionais;



CONFERE COM O ORIGINAL
 DATA 09/10/06
 Ana Maria Gomes Mesquita
 SIAPE: 1479408

Documento extraído do Trabalho de Conclusão de Curso de Solange Janete Finger: FINGER, Solange Janete. As Implicações da Integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (PBF) às Famílias Inscritas no PETI de São José – SC, 2008. 127 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. P. 112

